

# ANEXO ANEXO ANEXO

da Câmara Legislativa do DF

Volume 1  
1ª e 2ª Legislaturas  
Brasília 1998

# Mesa Diretora

2ª Legislatura - 2º Biênio  
1997/1998

<b>Presidente</b>	Lucia Carvalho (PT)
<b>Vice-Presidente</b>	Luiz Estevão (PMDB)
<b>1º Secretário</b>	José Edmar (PMDB)
<b>2º Secretário</b>	Benício Tavares (PTB)
<b>3º Secretário</b>	João de Deus (PDT)

## Suplentes

Daniel Marques	(PMDB)
César Lacerda	(PTB)

## Deputados Distritais

Adão Xavier	(PPB)
Antonio José - Cafu	(PT)
Benício Tavares	(PTB)
César Lacerda	(PTB)
Cláudio Monteiro	(PPS)
Daniel Marques	(PMDB)
Edimar Pireneus	(PMDB)
Geraldo Magela	(PT)
João de Deus	(PDT)
Jorge Cauhy	(PMDB)
José Edmar	(PMDB)
Lucia Carvalho	(PT)
Luiz Estevão	(PMDB)
Manoelzinho	(PMDB)
Maria José - Maninha	(PT)
Marcos Arruda	(PMDB)
Marco Lima	(PSDB)
Miquéias Paz	(PT)
Odilon Aires	(PMDB)
Peniel Pacheco	(PSDB)
Renato Rainha	(PL)
Tadeu Filippelli	(PMDB)
Wasny de Roure	(PT)
Zé Ramalho	(PDT)



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Terceira Secretaria

**Grupo de Resgate da Memória  
da Câmara Legislativa do Distrito Federal**

# **Memória**

## **da Câmara Legislativa do DF**

**V. 1**

**1ª e 2ª Legislaturas**

**Brasília**

**1998**

© 1998. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Permite-se a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Impresso no Brasil.

Terceiro Secretário:  
Deputado João de Deus

Grupo de Resgate da Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal:  
Aya Maria Iwamoto de Thuin (Coordenadora)  
Euza Aparecida Pereira da Costa  
Jair Cunha Cardoso Filho  
Marisa Perrone Campos Rocha

Redação Final:  
José Antônio Prates (Assessor Especial da Mesa Diretora - 3ª Secretaria)  
Maria Alice Jaeger (Comissão dos Anais da CLDF)  
Milene Guimarães (Coordenadora da Comissão dos Anais da CLDF)

Fotografias:  
Carlos Gandra, Dimas Ferreira, Fábio Ribas,  
Joaquim Firmino/C.B., Rinaldo Morelli,  
Sérgio Seiffert e Silvio Abdom

Digitação:  
Silvino Alves da Silva Neto

Capa:  
Ana Beatriz Caçador

Projeto Gráfico:  
Cláudio de Deus

Revisão:  
Anamaria Pinheiro, Glória Alencar e Vânia Codeço

Edição:  
Ivan Carvalho

Formatação **Eletrônica**:  
Seção de Editoração

Impressão:  
Gráfica da Câmara Legislativa

Documento normalizado pelo Setor de Documentação Legislativa

D614 Distrito Federal (Brasil). Câmara Legislativa. Grupo de Resgate da  
Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Memória da Câmara Legislativa do DF: 1ª e 2ª legislaturas/ Aya Maria Iwamoto de Thuin (coor-  
denadora). - Brasília: Gráfica da CLDF, 1998.  
V. :il. 88p.

ISBN 85-87123-01-7

Conteúdo: v. 1 - 1ª e 2ª legislaturas.

1. Distrito Federal (Brasil). Câmara Legislativa - História. L Thuin, Aya Maria Iwamoto  
de. II. Título.

CDU: 342.532(817.4)(091)

# Sumário

<b>PALAVRA DO TERCEIRO SECRETARIO</b>	
<b>ATO DO TERCEIRO SECRETÁRIO N. 02/1998</b>	
<b>ATO DO TERCEIRO SECRETÁRIO N. 03/1998</b>	
AS IDEIAS MUDANCISTAS.....	13
OS PROJETOS DE MUDANÇA DA CAPITAL JUSCELINO KUBITSCHEK, O GRANDE EMPREENDEDOR	
<b>A ADMINISTRAÇÃO INICIAL.....</b>	<b>15</b>
<b>A CIDADE "CASSADA" REAGE E LUTA.....</b>	<b>16</b>
AS ORGANIZAÇÕES QUE LUTARAM COMPROMISSO COM A CIDADANIA	
<b>NASCE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF.....</b>	<b>18</b>
<b>PRIMEIROS PASSOS.....</b>	<b>19</b>
PRIMEIRA SESSÃO ESPECIAL	
PRIMEIRA SESSÃO SOLENE	
PRIMEIRA SESSÃO PREPARATÓRIA	
PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	
PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA	
PRIMEIRA MENSAGEM	
PRIMEIRO PROJETO DE LEI	
PRIMEIRAS ATIVIDADES DOS DEPUTADOS	
PRIMEIRAS DIFICULDADES	
<b>A PRIMEIRA MESA DIRETORA.....</b>	<b>20</b>
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CLDF.....</b>	<b>21</b>
<b>REGIMENTO INTERNO DA CLDF.....</b>	<b>23</b>
<b>LEI ORGÂNICA, A CONSTITUIÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.....</b>	<b>24</b>
O SONHO COMEÇA A REALIZAR-SE	25
O PROJETO "FALA, CIDADANIA"	
AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
O SONHO É APERFEIÇOADO.....	26
A ATUAÇÃO DOS CONSTITUINTES	
ENFIM, A PROMULGAÇÃO	
<b>DELEGANDO COMPETÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>
<b>A CÂMARA LEGISLATIVA HOJE.....</b>	<b>28</b>
BIBLIOTECA	
PROJETO "CIDADÃO DO FUTURO".....	29
"DISQUE-PROJETO"	
REVISTA DFLETRAS	
ANAIIS DA CÂMARA LEGISLATIVA.....	30
TV DISTRITAL	
DIÁRIO OFICIAL DA CLDF	
<b>PERFIL DOS DEPUTADOS DISTRITAIS.....</b>	<b>31</b>
ADÃO XAVIER (PPB).....	32
AGNELO QUEIROZ (PC do B).....	33
ANTÔNIO JOSÉ - CAFU (PT).....	34
AROLDO SATAKE (PDS).....	35
BENÍCIO TAVARES (PTB).....	36
CARLOS ALBERTO (PCB).....	37
CÉSAR LACERDA (PTB).....	38
CÍCERO MIRANDA (PTB).....	39
CLÁUDIO MONTEIRO (PDT).....	40
DANIEL MARQUES (PMDB).....	41
DANTON NOGUEIRA (PPR).....	42
EDIMAR PIRENEUS (PMDB).....	43
EURÍPEDES CAMARGO (PT).....	44
FERNANDO NAVES (PP).....	45
GERALDO MAGELA (PT).....	46
GILSON ARAÚJO (PP).....	47
JOÃO DE DEUS (PDT).....	48
JORGE CAUHY (PMDB).....	49
JOSÉ EDMAR (PMDB).....	50
JOSÉ EUDES (PT).....	51

JOSÉ ORNELLAS (PL).....	52
LÚCIA CARVALHO (PT).....	53
LUIZ ESTEVÃO (PMDB).....	54
MANOELZINHO (PMDB).....	55
MARIA JOSE - MANINHA (PT).....	56
MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB).....	57
MARCOS ARRUDA (PMDB).....	58
MARCOLIMA (PSDB).....	59
MAURÍLIO SILVA (PP).....	60
MIQUÉIAS PAZ (PT).....	61
ODILON AIRES (PMDB).....	62
PADRE JONAS (PP).....	63
PEDRO CELSO (PT).....	64
PENIEL PACHECO (PSDB).....	65
RENATO RAINHA (PL).....	66
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB).....	67
ROSEMARY MIRANDA (PP).....	68
SALVIANO GUIMARÃES (PSDB).....	69
TADEU FILIPELLI (PMDB).....	70
TADEU RORIZ (PP).....	71
WASNY DE ROURE (PT).....	72
ZÉ RAMALHO (PDT).....	73
<b>MESAS DIRETORAS</b> .....	74
1ª LEGISLATURA - 1º BIÊNIO (1991/1992)	
2º BIÊNIO (1993/1994)	
2ª LEGISLATURA - 1º BIÊNIO (1995/1996).....	75
2º BIÊNIO (1997/1998)	
<b>COMISSÕES PERMANENTES</b> .....	76
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)	
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF).....	78
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS).....	80
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (CDDHC).....	81
COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (CEDP).....	83
<b>COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	84
CPI DA TERRA	
CPI DAS CAUSAS TRABALHISTAS	
CPI DAS MENSALIDADES ESCOLARES	
CPI DAS DENÚNCIAS NA CORPORAÇÃO MILITAR DO DF	
CPI DA GRILAGEM	
CPI DOS BINGOS E SIMILARES.....	85
CPI DAS DROGAS	
CPI DA PROSTITUIÇÃO INFANTIL	
CPI DA EVASÃO FISCAL	
CPI DA PM2	
COMISSÃO ESPECIAL DOS CONCURSOS PÚBLICOS.....	86
COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DE INCENTIVOS A PROJETOS INDUSTRIAIS	
COMISSÃO ESPECIAL DO METRO	
COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	
COMISSÃO ESPECIAL PARA INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTE DE POLICIAIS MILITARES	
COMISSÃO ESPECIAL DO REGIMENTO ÍTERNO	
<b>FONTES DE PESQUISA</b> .....	87
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b> .....	89

# Palavra do Terceiro Secretário

*A memória de um povo é como o espelho retrovisor de sua história: é preciso mirá-la no presente, para que o futuro seja conscienciosamente projetado e construído. É, além de história, material fecundo para orientar as novas gerações na reconstrução da vida de um povo e de suas organizações.*

*Cultivar e ordenar, de formadinâmica, a memória de uma organização é propiciar a sua perenização através do tempo, registrando todas as influências que de alguma maneira contribuíram para a sua modificação e evolução.*

*Além disso, a memória histórica é um poderoso instrumento de análise e avaliação de uma época, de um grupo, de uma instituição, e que permite planejar e projetar os acontecimentos futuros.*

*No caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a sua jovem história é baseada em fatos e tem raízes em acontecimentos marcantes do cenário brasileiro. Por isso, ainda que ligeiramente, eles são mencionados aqui, marcando a sua relação com a Casa de Leis do povo do Distrito Federal.*

*Ao final da 2ª Legislatura, na infância do nosso Poder Legislativo, como seu Terceiro Secretário, couberam-me o dever e a honra de entregar à Casa e à população os nossos primeiros registros históricos, neste modesto volume, cumprindo assim mais um dos papéis que me competem na direção colegiada da Câmara Legislativa do Distrito Federal.*

*Devo registrar, na oportunidade, o papel de todos os que tornaram possível este momento, em especial os servidores das diversas áreas, que cooperaram com profissionalismo para que o trabalho do Grupo de Resgate da Memória da CLDF pudesse atingir seu objetivo.*

*A todos manifesto meu reconhecimento e gratidão.*

*Brasília, novembro de 1998.*

Deputado JOÃO DE DEUS  
Terceiro Secretário

## ATO DO TERCEIRO SECRETÁRIO Nº 02 . de 1998

O Terceiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o disposto no artigo 2º, inciso V, do Ato da Mesa Diretora n. 01 de 1997.

RESOLVE:

An. 1º - Fica criado no âmbito da Terceira Secretaria o Grupo de Trabalho destinado ao resgate da memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 2º - O grupo de Trabalho referido no An. 1º, será composto pelos seguintes servidores:

AYA IWAMOTO DE THUIN - Matrícula 12.019-77 - Coordenadora

JAIR CUNHA COELHO FILHO - Matrícula 12.603-53

EUZA APARECIDA PEREIRA DA COSTA - Matrícula 11.928-30

§ Único - O suporte técnico e administrativo ao Grupo de Trabalho será dado pela Divisão de Informação e Documentação Legislativa.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis de acordo com a necessidade.

An. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

An. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Terceiro Secretário, <sup>20</sup> de abril de 1998



Deputado JOÃO DE DEUS  
Terceiro Secretário

## ATO DO TERCEIRO SECRETÁRIO nº 03, de 1998

O Terceiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o disposto no artigo 2º inciso V do Ato da Mesa Diretora nº 01 de 1997,

### RESOLVE:

Art. 1º O Grupo de Trabalho destinado ao resgate da memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal e criado pelo Ato nº 02 de 1998 passa a ter a seguinte composição:

- AYA MARIA IWAMOTO DE THUIN -Matrícula 12.019-77 Coordenadora
- MARISA PERRONE CAMPOS ROCHA -Matrícula 11.867-24
- JAIR CUNHA CARDOSO FILHO -Matrícula 12.603-53
- EUZA APARECIDA PEREIRA DA COSTA -Matrícula 11.928-30

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Brasília, f 0 de julho de 1998.

  
Deputado JOÃO DEDEUS  
Terceiro Secretário

# As ideias mudancistas

A mais antiga ideia de interiorização da capital do Brasil é atribuída ao Marquês de Pombal (1699-1782). Os portugueses nessa época já pensavam em transferir o governo da Colônia, sediado em Salvador, para o interior do país, longe dos portos marítimos, para garantir a segurança dos governantes.

Já mais tarde, os Inconfidentes, que também pensavam na interiorização, vislumbraram como alternativa para a capital do futuro país independente as cidades de São João Del Rey e Vila Rica, hoje Ouro Preto.

Em 1810, com a Corte Portuguesa instalada no Rio de Janeiro, o chanceler Veloso de Oliveira apresentou ao príncipe-regente um memorial que propunha a fixação do governo no interior do país.

Só em 1821, no entanto, o Governo Provisório de São Paulo registrou sua decisão de instalar a Corte ou Regência do Brasil numa cidade central do interior do País.

Já em 1823, José Bonifácio defendeu formalmente a instalação da sede do governo na Comarca de Paracatu, sugerindo os nomes de Petrópole ou Brasília.

## PROJETOS DE MUDANÇA DA CAPITAL

Em 1839, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mensagem informando sobre sua intenção de elaborar estudos sobre a melhor localização para a nova sede da capital do Brasil. Dez anos depois, ele divulgou que a região ideal seria o Planalto Central, no triângulo formado pelas Lagoas Formosa, Feia e Bonita.

Na Constituição de 1891 já havia a determinação de se demarcar uma área de 14.400 km<sup>2</sup> no Planalto Central para a construção da futura capital da República.

Como resultado dessa determinação, foi criada, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, constituída por 22 membros de diversas profissões, que propôs a área - um quadrilátero - para a nova capital do Brasil. Essa comissão ficou conhecida como Comissão Cruls, por ser liderada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls.

Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa decretou a fixação do Distrito Federal no quadrilátero Cruls e lançou em 7 de setembro do mesmo ano a Pedra Fundamental da futura capital, nas proximidades de Planaltina (GO).

Se a Constituição de 1934 apenas citava a transferência da capital, a de 1946 estabeleceu em suas

Disposições Transitórias prazo de sessenta dias para que o governo nomeasse comissão técnica para estudar o local determinado anteriormente.

Em 1948, uma comissão nomeada pelo presidente Dutra confirmou a localização e ampliou a área do quadrilátero Cruls para 77.000 km<sup>2</sup>.

## JUSCELINO KUBITSCHK, O GRANDE EMPREENDEDOR

Somente com Juscelino na Presidência da República, em 1956, o projeto da nova capital começou a realizar-se. Cumprindo compromisso assumido em Jataí (GO), durante a campanha eleitoral, um de seus primeiros atos foi a desapropriação da área escolhida para o Distrito Federal, fazendo da estratégia militar um sonho de cidade planejada.

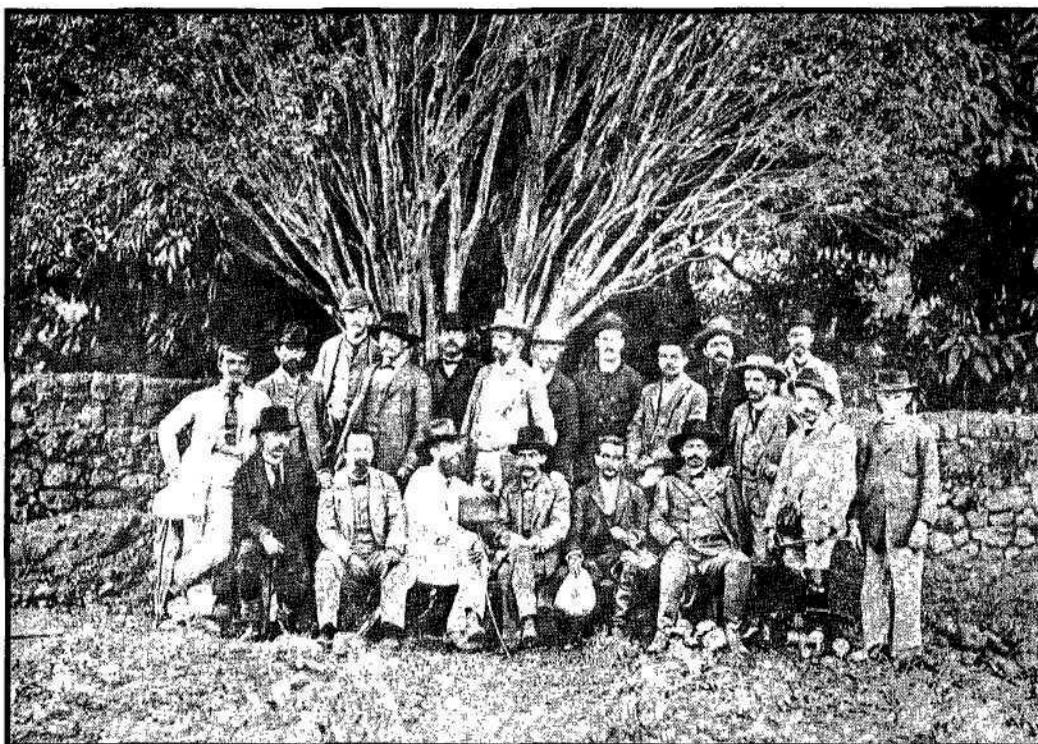
Já eleito, em abril de 1956, ele encaminhou ao Congresso a histórica Mensagem de Anápolis, propondo o nome de Brasília e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap.

O engenheiro Israel Pinheiro presidiu a Novacap, e a Lei nº 3.273 determinou o início das obras. Em concurso promovido pela Novacap para a escolha do projeto de construção do Plano Piloto, o plano do arquiteto Lúcio Costa foi o vencedor, enquanto Oscar Niemeyer foi o escolhido para projetar a arquitetura da nova cidade.

Nas mãos desses dois gênios brasileiros, com a direção das obras sob a responsabilidade de Israel Pinheiro e os olhos atentos do presidente Juscelino Kubitschek, Brasília foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960.

**FRUTO DO PREDESTINADO APARTE DE ANTÔNIO SOARES NETO, o TONQUINHO, FEITO EM JATAÍ-GO, EM 18 DE ABRIL DE 1956, AO ENTÃO CANDIDATO JK, NASCEU A MENSAGEM DE ANÁPOLIS, QUE SELARIA O DESTINO DA CAPITAL DO BRASIL.**

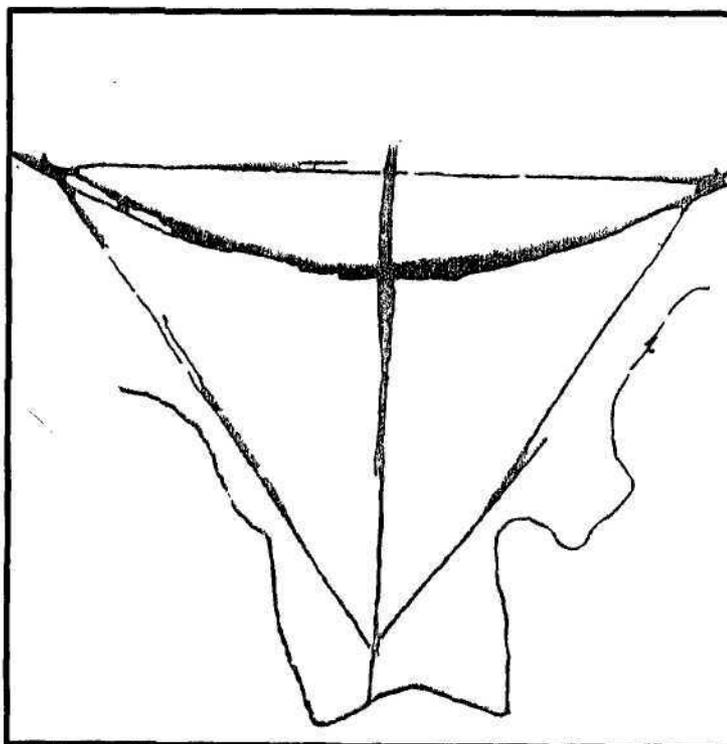
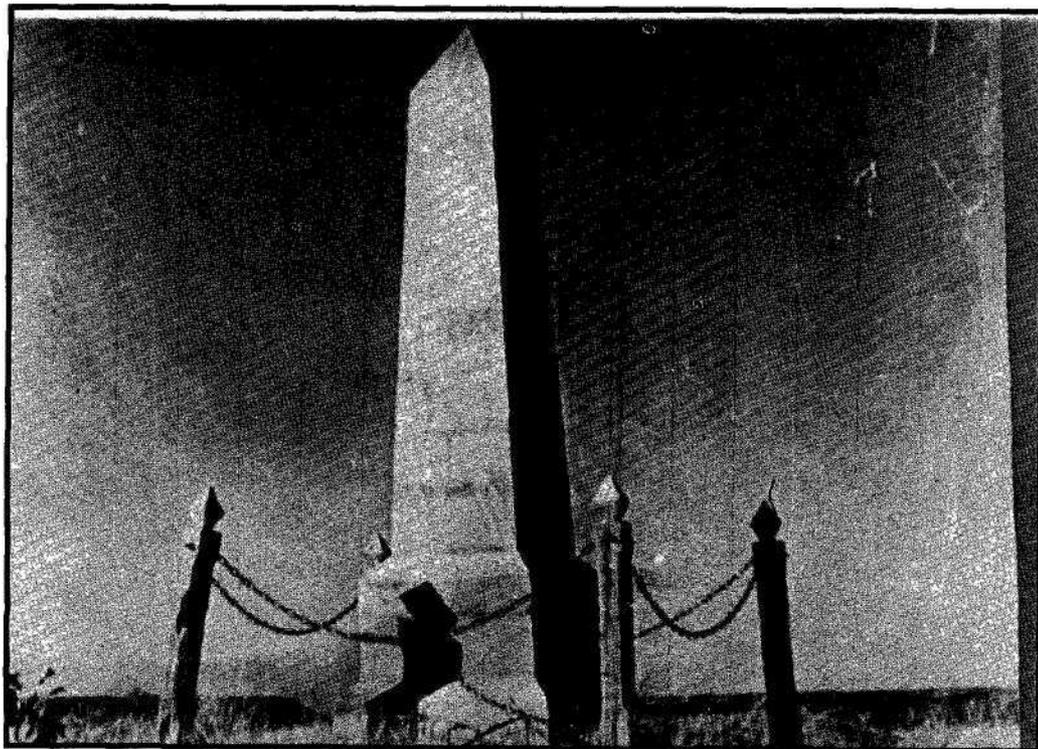
*A Comissão Cruls era constituída por 22 membros de diversas profissões, que propôs a área para a nova capital do Brasil*



"EM 1922, A MUDANÇA DA CAPITAL FOI REAFIRMADA, QUANDO O PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA CEDEU A UMA PRESSÃO MILITAR DA REVOLUÇÃO TENENTISTA E MANDOU INSTALAR A PEDRA FUNDAMENTAL NO COLÉGIO AGRÍCOLA, PERTO DE PLANALTINA."

"A DECISÃO DE JUSCELINO EM MUDAR A CAPITAL NÃO ERA UM SIMPLES COMPROMISSO ASSUMIDO EM PRAÇA PÚBLICA EM JATAÍ. TANTO É QUE, NESSE PERÍODO, VEIO O MARECHAL PESSOA PARA FAZER A DEMARCAÇÃO DO QUADRILÁTERO QUE TEMOS HOJE, DIMINUINDO O QUADRILÁTERO DO MARECHAL PAULO COELHO, PARA 5.800 KM<sup>2</sup>."

**Salviano Guimarães**  
primeiro presidente da  
Câmara Legislativa do DF



O presidente Epitácio Pessoa determinou a fixação do DF no Quadrilátero Cru/s e lançou a Pedra Fundamental da futura capital em Planaltina (GO)

O arquiteto Lúcio Costa foi o vencedor do concurso para a escolha do projeto de construção de Brasília

# A administração inicial

No dia da inauguração, instalaram-se em Brasília os Três Poderes da República. O Poder Executivo ocupou sua sede no Palácio do Planalto; o Poder Judiciário instalou-se no Palácio do Supremo Tribunal Federal; enquanto o Poder Legislativo transferiu-se oficialmente para a nova capital em sessão solene no Congresso Nacional, com a presença do presidente da República.

Os senadores Paulo Lauro e Accioly Filho apresentaram, nesse mesmo ano, projeto instituindo a representação de Brasília no Congresso Nacional. Na época, muitos congressistas acreditavam que Brasília jamais seria uma cidade, mas apenas um acampamento.

Em 1961, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 3, modificando a Constituição de 1946. Esta emenda concedeu representação a Brasília na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e poderes para criar também uma Câmara Municipal, que controlaria a ação do Governo local.

A data das eleições não chegou a ser marcada em razão do golpe militar de 1964.

O engenheiro Israel Pinheiro foi o primeiro dos 12 prefeitos nomeados que governaram o Distrito Federal de 1960 a 1969, quando a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, criou o cargo de Governador, sendo também instituída a Comissão do Distrito Federal no Senado.

Essa comissão, formada por senadores, funcionava como um Legislativo apenas para homologar as decisões do Executivo, como o Orçamento do Distrito Federal. Eventualmente, a comissão apreciava algum projeto de lei e as indicações dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Sem representação política digna desse nome, já que a Comissão do Distrito Federal no Senado não representava de fato essa condição, o brasiliense encontrava nos meios de comunicação, principalmente o rádio, o papel de fiscalizador dos atos do Executivo e espaço para suas reivindicações.

# A cidade “cassada” reage e luta

Brasília não absorveu o estigma de cidade autoritária e fria nem a denominação de Corte que a elite política tentou lhe impingir. Brasília possuía gente procurando seus caminhos, ideais e que sonhava realizá-los.

Os que eram contra a autonomia política do Distrito Federal acreditavam que se fosse eleito um governador de partido contrário ao do presidente da República, poderia haver conflitos políticos. Defendiam a ideia de que Brasília não possuía um povo próprio, que as pessoas apenas passavam por ela.

Durante o vendaval autoritário do Ato Institucional nº 5 - o AI-5 -, que assolou a cidade e culminou com a invasão da Universidade de Brasília, ficou claro o grau de resistência que possuíam esses “meio-cidadãos”.

Essa resistência era demonstrada nos sindicatos e associações, na defesa de interesses de classe, na Universidade de Brasília, em defesa de princípios, e em inúmeros grupos de intelectuais, pela manutenção da dignidade dos brasilienses.

Disse Tancredo Neves: "Existem cidadãos cassados, mas não pode haver uma cidade cassada". Com essa frase, Tancredo assumiu o compromisso de que haveria eleições plenas para Brasília.

## AS ORGANIZAÇÕES QUE LUTARAM

No final da década de 70, a resistência se mostrava clandestina na organização dos núcleos partidários de oposição.

Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e a Associação Comercial do Distrito Federal - ACDF, já fortes e estruturadas, contavam com novos aliados e lutavam, em primeira instância, pela revogação da lei que proibia a organização partidária no Distrito Federal e, em outra frente, pela apresentação de uma emenda constitucional que concedesse autonomia política para o Distrito Federal.

A luta pela representação política, no entanto, dava-se em duas vias: uma que reivindicava eleições apenas para deputados federais e senadores, e a outra que queria a autonomia política para o Distrito Federal, com eleições em todos os níveis.

A primeira via, representada principalmente pela ACDF, Federação do Comércio do Distrito Federal - FCDF, OAB e alguns outros grupos entendiam que, conseguindo a representação no Congresso Nacional, seria mais fácil conquistar a autonomia total. O outro grupo, representado por sindicatos e núcleos partidários ainda clandestinos, defendia que a autonomia deveria ser plena e imediata.

A ACDF abriu suas portas para os debates, que passaram a aglutinar pessoas das mais diversas ideologias e classes sociais com um único objetivo: tornar Brasília cidadã.

As duas vias uniram-se e conseguiram fazer com que duas propostas, a do senador Itamar Franco e a do deputa-

do federal Eptácio Cafeteira, fossem apresentadas em conjunto ao Congresso Nacional. Contrariando as expectativas, as propostas foram arquivadas por falta de quorum.

Dessa frustração formou-se o "Comitê pelo Voto no Distrito Federal", congregando todas as entidades organizadas que se manifestavam nas galerias do Congresso Nacional, dando origem ao primeiro comício público após o regime militar, em 1981.

Lá estavam, na Praça dos Artistas, no Setor Comercial Sul, os deputados federais Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. O comício foi cercado pela polícia militar, e os jornais noticiaram os acontecimentos de forma enfática. A partir desse fato iniciou-se a unidade das oposições, sendo deflagrada a campanha das “Diretas Já”.

Em 1982, Brasília era cenário do processo de redemocratização do País, e o clima de participação começou a contagiar as principais cidades brasileiras. Impedida de eleger seus representantes, a população apegou-se ao recurso que lhe restava: o voto em candidatos de seus estados de origem.

Vários comícios pelas “Diretas Já” foram organizados na cidade. O objetivo era trazer para cá a convivência com o processo eleitoral e pressionar aqueles que não queriam eleições para o Distrito Federal.

Nesse aspecto vale ressaltar o papel do empresário Lindberg Aziz Cury, presidente da ACDF. Ele abriu as portas da entidade para quem estivesse interessado em debater o assunto, independente de coloração partidária ou ideológica. Todas as correntes de pensamento - porque não existiam partidos políticos - faziam reuniões e usavam o espaço da ACDF. Então, a entidade acabou se tornando um fórum privilegiado para os debates. Por essa condição, a ACDF era a entidade que mais pressionava o Executivo e até mesmo o Legislativo, representado pelo Senado que, na época, legislava para o Distrito Federal.

## COMPROMISSO COM A CIDADANIA

Eleito presidente da República, Tancredo Neves assumiu o compromisso de transformar Brasília em cidade cidadã.

Com a morte de Tancredo, em 1985, José Sarney, ao assumir a Presidência, manteve o compromisso. Após dezenas de projetos de lei e propostas de emendas constitucionais, foi aprovada a Emenda nº 25, garantindo a Brasília a eleição de seus representantes federais para a Constituinte, juntamente com o projeto que estabelecia eleições diretas nos municípios considerados áreas de segurança nacional, bem como nas estâncias hidrominerais.

Na mesma época, foi devolvido aos partidos do Distrito Federal o direito à organização, sendo regulamentado por lei seu funcionamento.

Em 1986, Brasília foi às urnas pela primeira vez, em uma bela festa democrática. Vinte e dois partidos apresentaram aos eleitores do DF 259 candidatos: 169 para



# Nasce a Câmara Legislativa do DF

"EM 1988, CRIOU-SE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, MAS NÃO FOI DADO NENHUM PASSO PARA IMPLANTAR O PODER LEGISLATIVO NEM ORÇAMENTÁRIO, DESTACANDO VERBAS, NEM DE ORGANIZAÇÃO PARA FAZER UM CONCURSO. ESSAS DEVERIAM SER, AINDA, PRERROGATIVAS DO SENADO ou DO GDF."

Salviano Guimarães

"RESTA-NOS DIZER QUE A LUTA FOI GRANDE PARA A GLORIOSA CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DE BRASÍLIA, COM A CRIAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA E REPRESENTAÇÕES, EM TODOS OS NÍVEIS, OUTORGADAS PELO VOTO POPULAR, COMO ATESTAM O IMPORTANTE DOCUMENTO "MEMORIAL DE BRASÍLIA" E RECORTES DE JORNAIS DA ÉPOCA."

Newton Rossi

Uma das vias chegou mais rápido ao seu objetivo. A representação política estava garantida. Faltava, então, a autonomia política definitiva, o que foi conseguido com a Constituição Federal de 1988:

" Art. 27 - O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze."

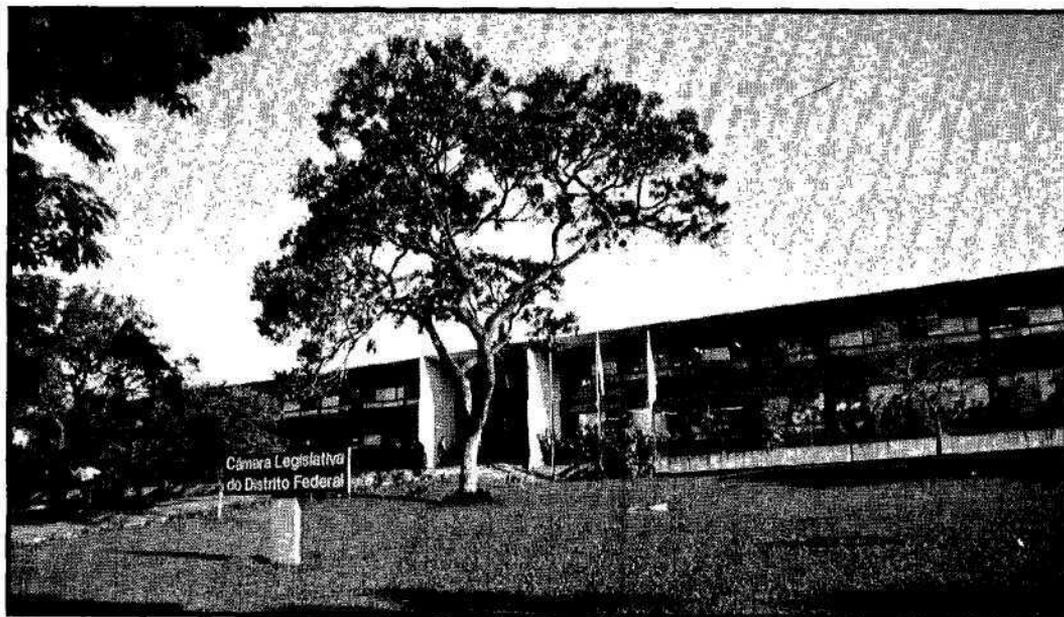
Em 1990, o Distrito Federal elegeu os seus primeiros deputados distritais, numa verdadeira demonstração de democracia.

Apesar das dificuldades, a população elegeu os seus representantes. A autonomia política havia nascido,

era preciso *engatinhar* para começar a andar segura com suas próprias pernas. E assim aconteceu.

A Câmara Legislativa é uma das mais novas Casas Legislativas do País, assim chamada porque conjuga atribuições de estado e município. Além disto, por ser Brasília uma cidade representativa de todo o Brasil, em termos de características populacionais, a composição da Câmara retrata uma representação bastante ampla e heterogênea, que a engrandece, tornando-a um pequeno mostuário político do Brasil.

A nossa Câmara é composta por 24 deputados distritais, eleitos a cada quatro anos. O número de deputados é fixado pelo artigo 27 da Constituição Federal, correspondendo a três vezes a quantidade de representantes do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.



A Câmara Legislativa é formada por 24 deputados distritais e está localizada no final da Asa Norte

# Primeiros Passos

## PRIMEIRA SESSÃO ESPECIAL

A primeira sessão especial foi realizada em 1º de janeiro de 1991, no Senado Federal, destinada a receber o compromisso e dar posse aos deputados distritais eleitos em 3 de outubro de 1990.

## PRIMEIRA SESSÃO SOLENE

Em 1º de janeiro de 1991, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, aconteceu a 1ª sessão solene, com o objetivo de receber o compromisso e dar posse ao governador, Sr. Joaquim Domingos Roriz, e à vice-governadora, Sra. Márcia Kubitschek.

## PRIMEIRA SESSÃO PREPARATÓRIA

Foi realizada no dia 2 de janeiro de 1991, às 9 horas, a primeira sessão preparatória destinada a eleger os membros da Mesa Diretora.

## PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

A primeira sessão extraordinária aconteceu no dia 4 de janeiro de 1991, tendo em sua pauta a discussão das primeiras providências administrativas a serem adotadas pela Diretoria da Câmara Legislativa.

## PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Em 7 de janeiro de 1991, foi realizada a primeira sessão ordinária da Câmara Legislativa, com a seguinte pauta:

- Ofício, de autoria da deputada Lúcia Carvalho, que "solicita providências no sentido de aproximar o plenário das galerias";

- Projeto de Resolução nº 001/91, que "estabelece a composição de pessoal dos gabinetes dos deputados distritais e dá outras providências";

- Mensagem nº 001/91, do Sr. Governador do Distrito Federal, que "encaminha projeto de lei que promove o desenvolvimento integrado da Região do Entorno";

- Projeto de Lei nº 001/91, que "cria a Secretaria de Articulação para Desenvolvimento do Entorno e dá outras providências".

## PRIMEIRA MENSAGEM

A primeira mensagem enviada ao Sr. governador, de nº 001/91, encaminhava projeto de lei que promovia o desenvolvimento integrado da Região do Entorno.

## PRIMEIRO PROJETO DE LEI

O Projeto de Lei nº 001/91 destinava-se à criação da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno.

## PRIMEIRAS ATIVIDADES DOS DEPUTADOS

Eleitos para legislar, os deputados tiveram, logo a seguir, de trabalhar em outras atividades. Segundo

Salviano Guimarães, presidente da Câmara Legislativa, os deputados começaram a trabalhar bem antes da posse. Eles se reuniam pelo menos três vezes por semana em uma sala cedida pela Câmara Federal para assim formarem comissões de organização. Uma comissão cuidou de estudar a remuneração dos parlamentares; outra ficou encarregada de elaborar o Regimento Interno; e outra de encontrar o espaço físico para instalar a sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

## PRIMEIRAS DIFICULDADES

A comissão que cuidou da instalação da sede foi em busca dos prédios desocupados pelas instituições desativadas pelo Governo Collor. Havia cinco opções: O Museu do índio, os prédios da SUDENE, da PORTOBRÁS, da COBAL e o da EMBRATER.

Havia muita polêmica a respeito dessa escolha, pois a vontade era de se encontrar um prédio bem localizado, de fácil acesso à população e que atendesse às necessidades dos parlamentares.

Entretanto, os prédios que ofereciam melhor localização padeciam de problemas impeditivos. No caso do prédio da EMBRATER, a única objeção era a dificuldade de acesso. Mas todos os outros aspectos eram propícios; por exemplo, o espaço interno era o melhor, o terreno pertencia ao GDF e, além disso, o prédio era simples e não exigia manutenção cara. Essa seria a sede até que se construísse o prédio definitivo. Nessa época, o Governo do Distrito Federal promoveu concurso para o projeto de construção da CLDF, usando terreno do Tribunal Regional Eleitoral, em frente à sede do jornal Correio Braziliense. Uma equipe de arquitetos paulistas foi a vencedora.

*Com a presença do governador Vallin e dos primeiros 24 deputados distritais eleitos, a Câmara Legislativa foi inaugurada no dia 31 de dezembro de 1990*



# A primeira Mesa Diretora

O presidente da primeira sessão preparatória foi o deputado José Ornellas. Nessa sessão, foi eleita a primeira Mesa Diretora. Quatro candidatos pleitearam a Presidência da Casa: Pedro Celso, Carlos Alberto, José Ornellas e Salviano Guimarães. A disputa se deu entre os deputados Salviano Guimarães (PFL) e Pedro Celso (PT), com a desistência dos demais. O deputado Salviano Guimarães foi o vencedor.

Foi feito um acordo, que ainda vigora, com pequenas alterações. Por ele, dividiam-se as responsabilidades administrativas entre os membros da Mesa. O pre-

sidente ficaria com o poder de representação da Casa, e o primeiro secretário com a administração dos recursos humanos. O segundo secretário cuidaria da administração física e financeira, e o terceiro secretário se responsabilizaria pelo apoio ao processo legislativo. O vice-presidente, além de substituir o presidente, ficaria responsável pela área de modernização e informática e pela gráfica.

Dessa forma, a Casa seria administrada de forma democrática e transparente. Todas as decisões administrativas são ainda hoje tomadas pelo colegiado da Mesa Diretora, mantendo aquela iniciativa.

# Estrutura organizacional da CLDF

Em 1º de janeiro de 1991, quando foi instalada, a Câmara Legislativa do Distrito Federal não contava com nenhuma estrutura administrativa que desse suporte aos trabalhos da Casa.

Em vista da urgente necessidade de dotar a CLDF dos instrumentos necessários a seu pleno funcionamento, em 11 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 001/91, estabelecendo a composição do quadro de pessoal dos gabinetes dos deputados distritais.

Mesmo com o quadro de pessoal dos gabinetes já estabelecido, a Câmara Legislativa não contava, ainda, com os servidores efetivos que dessem sustentação aos trabalhos administrativos, de modo que, em 24 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 006/91, criando, provisoriamente, cargos em comissão e gratificação de função na Casa.

A Resolução nº 006/91 permitiu, então, o provimento dos cargos e funções necessários ao funcionamento da Casa, mediante requisição de servidores da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No mesmo dia 24 de janeiro de 1991, foi editada a Resolução nº 007/91, que criou a Comissão de Trabalho para elaborar o Projeto de Organização Administrativa, composta por cinco deputados distritais, com prazo de duas semanas para concluir o projeto.

Em 12 de março de 1991, a Resolução nº 013/91 aprovou o Quadro Administrativo Provisório da Câmara Legislativa, com 256 cargos de requisição e 48 de livre provimento, até que fossem aprovados o Quadro de Pessoal definitivo e o Plano de Carreira.

Atendendo ao disposto no art. 1º da Resolução nº 048/90 do Senado Federal, que funcionava como Regimento Interno, em 15 de março de 1991, a Comissão de Estrutura composta pelos deputados Carlos Alberto, Cláudio Monteiro, Fernando Naves, Maurílio Silva e Wasny de Roure apresentou o trabalho final, com um con-

junto de definições essenciais à estruturação administrativa da Casa, tais como descrição dos órgãos até o nível de coordenadoria e suas respectivas atribuições.

O trabalho contava, também, com uma primeira versão do Plano de Cargos, estabelecendo cargos efetivos, em comissão, as funções gratificadas e o quantitativo desses cargos.

Ao mesmo tempo em que os deputados eleitos se preocupavam com a organização administrativa da Casa, a população do DF reivindicava a elaboração da Lei Orgânica e de leis que atendessem aos seus anseios.

Assim, em 15 de julho de 1991, a CLDF estabeleceu convênio de cooperação técnico-científica com a Fundação Getúlio Vargas para projetar a estrutura administrativa detalhada da Casa, conforme determinado na Resolução nº 021/91.

A Fundação Getúlio Vargas, durante a realização dos trabalhos, apresentou três versões de estrutura administrativa, sendo a última o resultado de um consenso entre os técnicos daquela instituição e a Mesa Diretora.

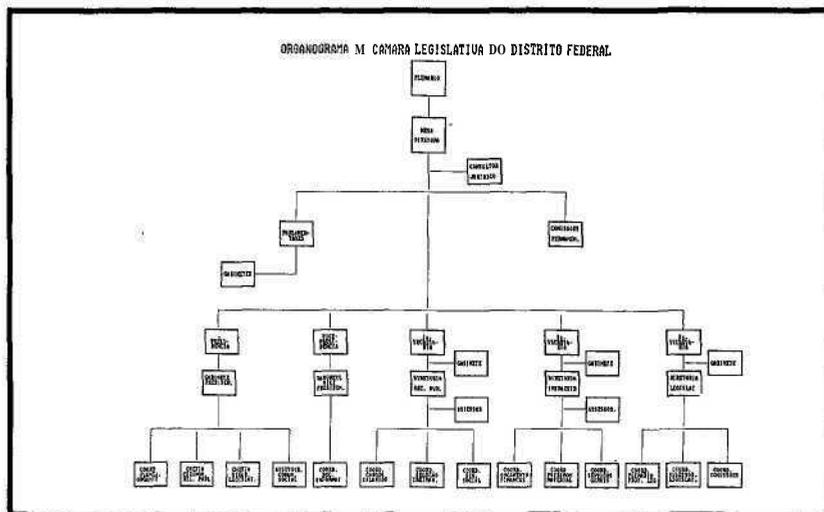
Com base no último documento consolidado, foi editada a Resolução nº 034/91, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 24 de janeiro de 1992, que instituiu a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tal estrutura administrativa finalmente permitiu à Casa atuar de forma organizada, com procedimentos, rotinas, recursos humanos, materiais e métodos de trabalho definidos.

Posteriormente, atendendo a contingências e necessidades de modernização e atualização, as Resoluções números 037/91, 046/92, 057/92, 070/93, 089/94, 140/97 e 145/98 e o Ato da Mesa Diretora nº 008/95 promoveram alterações na estrutura organizacional da Câmara Legislativa. Aquele modelo vigora, ainda hoje, e é apresentado no organograma a seguir.

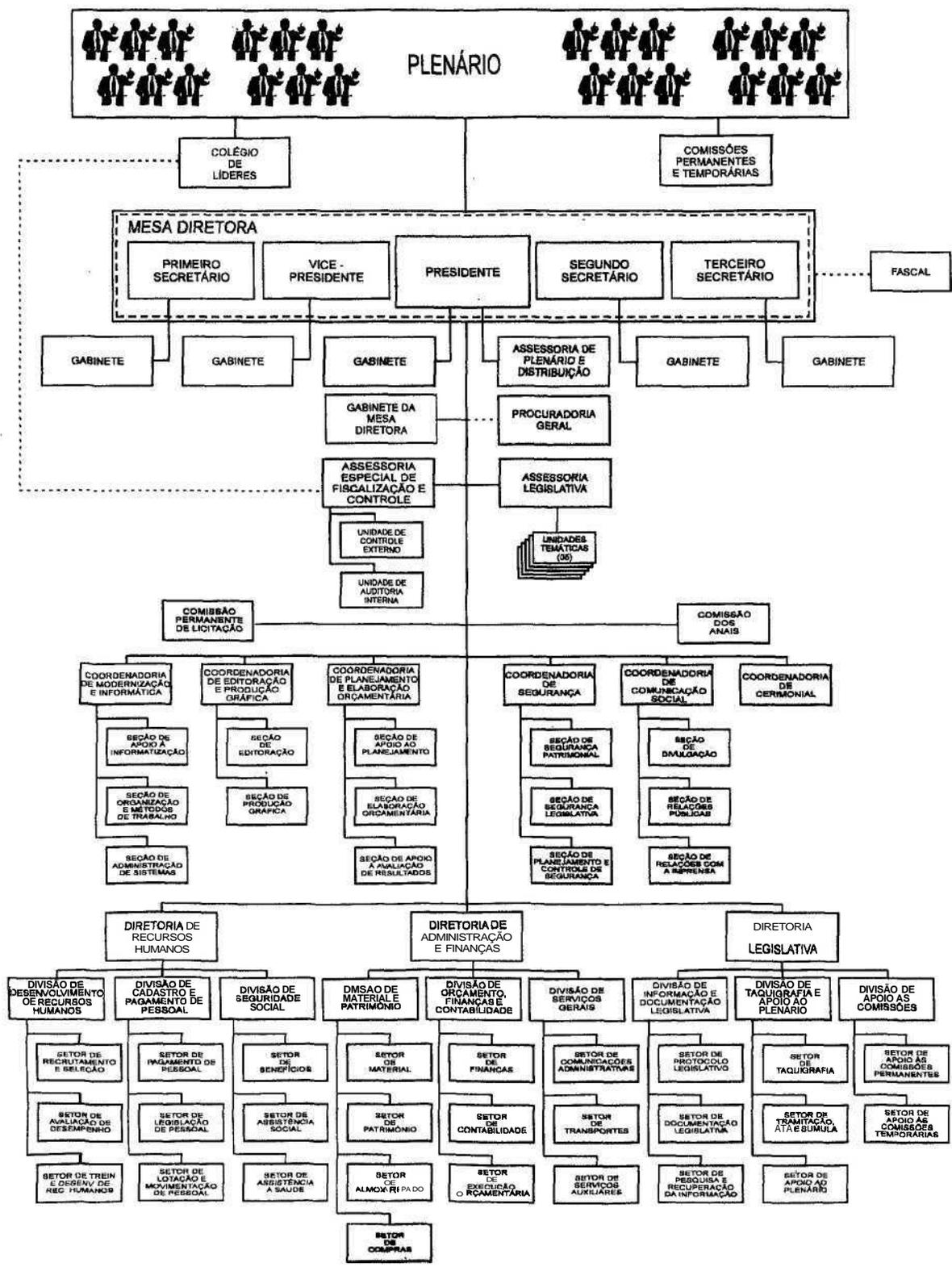
**"UMA CASA LEGISLATIVA NÃO É COMO UMA EMPRESA PARTICULAR, QUE SE MONTA E CONTRATA UM GERENTE E UM VENDEDOR. PARA SE TER UM QUADRO DE FUNCIONÁRIOS NUM ÓRGÃO PÚBLICO PRECISA HAVER UMA APROVAÇÃO LEGAL DESSE QUADRO, PORQUE TEMOS DE PAGAR AOS FUNCIONÁRIOS E REQUISITÁ-LOS. ENTÃO, NÃO TÍNHAMOS QUADRO DE FUNCIONÁRIOS. COMO ISSO FOI FEITO? FALAMOS COM O EX-GOVERNADOR. Eu JÁ HAVIA SIDO ELEITO PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, COM A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAR, E TODOS SE REUNIAM E DISCUTIAM O QUE SERIA MELHOR PARA A CÂMARA LEGISLATIVA. FUI AO SENADO FEDERAL E PEDI FUNCIONÁRIOS EMPRESTADOS. O SENADO FEDERAL NOS CEDEU TAQUÍGRAFOS. ENFIM, UMA EQUIPE DO SENADO FEDERAL FOI PARA A CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. OCORREU UMA CONFUSÃO ENORME, POIS OS FUNCIONÁRIOS NÃO ERAM CEDIDOS OFICIALMENTE, NEM MESMO ERAM REQUISITADOS. ERA COMO SE TIVESSEM TRABALHANDO PELO SENADO FEDERAL, MAS só QUE ESTAVAM NA CÂMARA LEGISLATIVA. ERA ALGO INTEIRAMENTE IRREGULAR."**

**Salviano Guimarães**



Primeiro Organograma da CLDF

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ORGANOGRAMA - SITUAÇÃO ATUAL  
ABRIL/98**



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Resoluções nº 034/91, nº 037/91, nº 046/92, nº 089/94, nº 140/97 e nº 145/98.

ELABORAÇÃO Seção de Organização e Métodos do Trabalho/CM

# Regimento Interno da CLDF

Regimento Interno é o conjunto de normas que regulam o funcionamento e os serviços internos da Câmara Legislativa.

Em seu início, durante o período de janeiro a junho de 1991, trabalhando de forma ainda incipiente, sem estrutura administrativa formal e com quadro de pessoal provisório, a CLDF teve seu processo legislativo regulado pelas Resoluções números 157/88, 48/90 e 49/90, do Senado Federal, e pelo Regimento Interno daquela Casa.

Entretanto, em face das diferentes características da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Senado Federal, alguns embaraços aconteciam.

Cientes da necessidade de um instrumento próprio para balizar e normatizar o trabalho legislativo e a ação parlamentar, e, considerando a natureza da CLDF e a realidade do Distrito Federal, vários deputados apresentaram projetos de resolução dispostos sobre a regulamentação de procedimentos e sugerindo propostas ao Regimento Interno.

A Resolução nº 12/91, de 18 de março de 1991, estabeleceu, então, normas para a discussão e votação do Regimento Interno, suspendendo todos os prazos relativos aos trabalhos já em curso na Casa, sendo apreciadas apenas as matérias relativas à estrutura da CLDF e as que tivessem pedido de urgência aprovado.

De março a junho de 1991, o plenário da Câmara Legislativa discutiu intensamente o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e as emendas apresentadas ao Projeto de Regimento Interno.

Em 17 de junho de 1991, a Resolução nº 19/91, instituiu o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, criando condições para o funcionamento de todo o processo legislativo e a administração da Casa, abrindo condições para realização dos concursos públicos e elaboração da Lei Orgânica.

Consolidava-se a maturidade jurídico-administrativa do Legislativo, colocando em vigor seus mecanismos legais de conduta e ação parlamentar.



## Resolução nº 19, de 17 de junho de 1991

*Institui o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.*

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituído o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma estabelecida nesta Resolução.

**Art. 2º** São instituídas, ainda, sob o Título "Das Disposições Transitórias", normas com numeração própria que regulam o processo a ser adotado na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

**Art. 3º** O Regimento Interno, instituído por esta Resolução, deverá ser reformulado, para sua adaptação à Lei Orgânica do Distrito Federal.

**Art. 4º** Elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal, ficarão automaticamente derrogadas as "Disposições Transitórias", constantes do Título XII do Regimento ora instituído.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1991.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**  
*Presidente*

# Lei Orgânica, a Constituição do Distrito Federal

Emancipação, autonomia, participação e democracia. Como tornar estas palavras algo mais do que palavras? Como transformar as expressões do anseio popular em ações, em leis que possam garantir ao brasileiro o exercício real, amplo e irrestrito da cidadania?

Esta era a grande preocupação dos primeiros deputados distritais eleitos pela população de Brasília. Esses parlamentares, além de serem os primeiros representantes legítimos do povo do Distrito Federal, tinham também a responsabilidade histórica de elaborar a sua primeira Constituição, simultaneamente à função de legislar e fiscalizar.

A nossa Lei Maior, chamada Lei Orgânica, seria então o contrato que regeria o disciplinamento político, econômico, social e territorial, rompendo os vínculos de subordinação direta do Distrito Federal ao Senado e ao Executivo local, e selando definitivamente a autonomia.

" Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios.

§ 2º A eleição do governador e do vice-governador, observadas as regras dos art. 77, e dos deputados distritais coincidirá com a dos governadores e deputados estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º Aos deputados distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do

Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar."

Para elaboração do Projeto da Lei Orgânica, foram formadas quatro comissões temáticas e uma comissão de sistematização dos trabalhos.

## COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Presidente - Padre Jonas  
Vice-Presidente - Jorge Cauhy  
Relatora - Rose Mary Miranda

## COMISSÃO DA ORDEM **ECONÔMICO-FINANCEIRA**, ORÇAMENTO E TRIBUTOS

Presidente - José Ornellas  
Vice-Presidente - Benício Tavares  
Relator - Carlos Alberto

## COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL

Presidente - Cláudio Monteiro  
Vice-Presidente - Edimar Pireneus  
Relator - Peniel Pacheco

## COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E RURAL

Presidente - Gilson Araújo  
Vice-Presidente - José Edmar  
Relator - Aroldo Satake

## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente - Maurílio Silva  
Vice-Presidente - Maria de Lourdes Abadia  
Secretário - Fernando Naves  
Relatores - Geraldo Magela e os demais relatores das comissões temáticas.

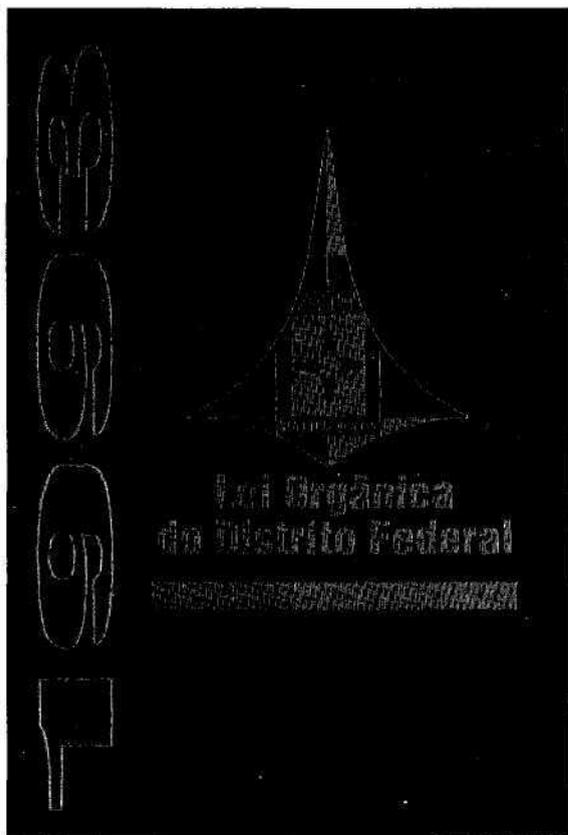
Ao começar os trabalhos nas comissões, os parlamentares depararam com a falta de infra-estrutura geral e de servidores, o que poderia atrasar o início dos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

A proposta de contratar pessoal sem concurso público trouxe à tona uma grande polêmica. Muitos parlamentares questionavam a legalidade e a legitimidade dessa proposta e exigiam concurso público para preenchimento imediato do quadro de servidores.

Entretanto, havia consenso de que a Lei Orgânica deveria ser elaborada com urgência e que o processo de seleção por concurso público seria demorado, apesar de já ter sido previsto.

Desta forma, a Mesa Diretora da Câmara, juntamente com as lideranças, optaram pela contratação, por meio de uma seleção simplificada, baseada em currículos. Cada comissão avaliaria, por critérios próprios, os servidores que seriam lotados no seu âmbito.

Aproximadamente 100 servidores trabalhariam diretamente no projeto, contando com o apoio de gabinetes e outros órgãos da Câmara Legislativa.



A maioria das leis não sai da cabeça dos deputados. Elas são provocadas por suas bases e seus compromissos, que os levam a fazer uma triagem. O processo é esse. Como é medido isso? É difícil calcular se houve ou não uma participação popular, que se dá pela presença do povo na Casa. Apesar de todas as dificuldades, a Lei Orgânica atende aos interesses maiores do Distrito Federal.

### O SONHO COMEÇA A REALIZAR-SE

No dia 2 de agosto de 1991, foi promovida a abertura oficial dos trabalhos da Lei Orgânica, em frente à Câmara Legislativa, com a presença de diversas autoridades e lideranças, entre elas o governador do Distrito Federal, o presidente do Tribunal de Justiça, o presidente do Tribunal de Contas e o representante do presidente da República.

A grande preocupação dos parlamentares constituintes era a de fazer uma Lei Orgânica que espelhasse os interesses de Brasília. Para isso, criaram-se vários mecanismos de participação, objetivando a influência direta do povo por meio de sugestões e emendas populares. Para a apresentação de cada emenda, seriam necessárias as subscrições de 1.000 eleitores.

### O PROJETO "FALA, CIDADANIA"

Esse mecanismo de participação popular objetivava receber sugestões para o anteprojeto da Lei Orgânica. Foram distribuídos 100.000 aerogramas nos principais espaços públicos da cidade. As pessoas depositavam ali suas propostas e as enviavam à Câmara Legislativa, via Correios, sem ônus para o remetente. Posteriormente, a CLDF respondia por carta-padrão, informando sobre o encaminhamento dado à proposta.

Dos 2.600 aerogramas encontrados no arquivo da Câmara Legislativa, a maioria trata de assuntos realmente pertinentes à Lei Orgânica, como saúde, educação, segurança, transporte e, principalmente, a questão da terra no Distrito Federal.

Entretanto, havia também quem usasse os aerogramas para pedir empregos, lotes e para tratar de assuntos que não seriam da alçada da Lei Orgânica.

Mas, em todas as propostas, notava-se que as pessoas confiavam na Câmara Legislativa e se utilizavam desse canal para tratar dos mais diversos problemas que as afligiam.

### AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas eram sessões itinerantes promovidas em todas as cidades-satélites. Nelas, os deputados tinham a possibilidade de ouvir sugestões oferecidas diretamente pela comunidade. Os parlamentares levavam consigo o suporte técnico necessário para as discussões. Era a Câmara Legislativa indo ao povo, rompendo a barreira da distância física.

Cada comissão promovia suas reuniões. Caminhões de som eram postos à disposição das Administrações Regionais a fim de convocar a população para participar das audiências.

Com a pouca divulgação decorrente do atraso na contratação de uma agência de publicidade, os resultados eram sessões itinerantes esvaziadas. Houve, inclusive, o cancelamento de algumas por falta de público. Isto fez com que a Comissão de Organização dos Poderes do Distrito Federal deixasse de participar das reuniões previstas para o período vespertino e passasse a realizar suas reuniões à noite, facilitando a participação dos trabalhadores. Esse exemplo foi seguido pelas demais comissões.



Audiência pública realizada no Jardim Botânico

A primeira audiência pública em Planaltina contou com a participação de cerca de 70 pessoas. Em Taguatinga, apesar de haver maior participação popular (mais de 100 pessoas), não foi apresentada nenhuma sugestão por escrito. Uma proposta verbal na sessão foi a de se criar uma tribuna livre onde o cidadão comum tivesse espaço para se manifestar no Plenário da Casa, o que não entrou no texto da Lei Orgânica.

O que se observava é que a maioria das pessoas que participavam das audiências públicas não tinham clara a ideia do que seria a Lei Orgânica do Distrito Federal. Frequentemente, confundiam Câmara Legislativa com governo itinerante e Lei Orgânica com lei ordinária. Isto conduzia a sugestões desvirtuadas e a pedidos de natureza pessoal.

Apenas a sociedade realmente organizada participava efetivamente da elaboração da Lei Orgânica. Já no início dos trabalhos, 76 entidades constituíram o Fórum Popular e Sindical Pró-Participação na Lei Orgânica. Como havia vários outros canais de participação, como os seminários e debates, essas entidades nem sempre estavam presentes nas audiências públicas.

Outra barreira a ser transposta era o prazo para apresentação de emendas. Até o último dia do prazo estipulado para recebimento de emendas populares, havia ape-

A Câmara distribuiu cem mil aerogramas para que a população participasse com sugestões para a Lei Orgânica

nas três protocoladas. Desta forma, o prazo foi prorrogado por mais um mês. Com a prorrogação, a campanha de publicidade antes cancelada pôde ser efetivada.

A publicidade era feita em rádios, emissoras de W e jornais. Além disso, as Igrejas passaram a esclarecer a importância da Lei Orgânica, preocupadas com a redação do capítulo sobre a criança e o adolescente.

Para facilitar a participação popular, nos dias de votação da Lei Orgânica, a Câmara Legislativa oferecia transporte gratuito à população.

Mas a participação sempre foi um processo complexo durante o período de elaboração da Lei Orgânica. Ela foi o que é na realidade: um processo constante, tortuoso e infundável; uma forma de poder que se renova a cada dia.

Participação pressupõe compromisso, envolvimento e presença, mesmo nas mais adversas situações. Tudo isso houve durante a elaboração da Lei Orgânica. Como havia diversos canais de participação, e, dentre eles, aquele direto com o deputado, era impossível medir a participação popular apenas pelo que estava documentado.

Na verdade, cada reivindicação, mesmo a mais pessoal, carrega consigo uma demonstração de um problema que atinge o coletivo. Quando uma pessoa pede emprego, ela está sinalizando que é preciso criar novos meios de absorção de mão-de-obra. Quando pede um lote, provavelmente está querendo dizer que é necessário criar uma política habitacional. E cada uma dessas reivindicações é participação, a seu modo.

### O SONHO É APERFEIÇADO

Da mesma forma como se estimulou a participação popular, o processo de elaboração da Lei Orgânica requeria sugestões de foros mais especializados, dos quais pudesse receber contribuições a fim de ser aperfeiçoada e adequada à Constituição Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de sua Comissão de Assuntos Constitucionais, formada por oito juristas, apontou mais de 150 erros no anteprojeto da Lei Orgânica.

Para sanar essas impropriedades, a Comissão de Sistematização contratou um constitucionalista que, durante 22 dias, analisou o anteprojeto, apontando o que deveria ser suprimido ou modificado.

Por mais que se quisesse avançar, a rebeldia da filha da Constituição Federal não poderia transgredir certas regras de conduta..

### A ATUAÇÃO DOS CONSTITUINTES

Ao contrário do que se observou durante a elaboração da Constituição Federal, em que a atuação do grupo denominado Centrão era decisiva nas votações da Lei Orgânica, nenhum partido ou tendência possuía maioria para aprovar sozinho uma emenda.. Essa fato acarretou discussões muito mais amplas, pois tudo teria que ser negociado,

Durante as votações da Lei Orgânica, em vez de blocos partidários, as composições temporárias predominaram na Câmara Legislativa. O PT, com cinco votos, tinha como aliado natural o deputado Agnelo Queiroz, do PC do B. O PTR, na época partido do governo, contava com o apoio de nove parlamentares. O PDT, assim como o PT, possuía cinco votos, mas mantinha uma posição indefinida, ora votava com o governo ora com a oposição. Também os deputados Carlos Alberto, Peniel Pacheco, Maria de Lourdes Abadia e José Ornellas mantinham posições independentes.

Desta forma, nenhum grupo conseguiria alcançar a maioria exigida de dois terços das assinaturas dos 24 deputados para aprovação das matérias.

### ENFIM, A PROMULGAÇÃO

No dia 8 de junho de 1993, após quase um ano de trabalho incansável, foi promulgada a Carta Magna do Distrito Federal.

Produto e elemento agregador dos interesses de Brasília a serem defendidos por todos os segmentos da sociedade, a Lei Orgânica finalmente era uma realidade.

Regrada pela Constituição Federal, não pôde contemplar os cidadãos brasilienses com o direito de escolher diretamente seus administradores regionais, mas conseguiu avançar em diversos pontos, como, por exemplo a criação de conselhos de participação em muitos setores.

A Lei Orgânica conseguiu oferecer uma perspectiva moderna na direção do futuro de Brasília. Nela está presente o equacionamento tanto das questões aparentemente pequenas quanto dos maiores temas institucionais.

Entretanto, a Lei Orgânica já sofreu 23 emendas. Isso mostra que ela está se adequando às novas necessidades da população. População que sonhou, que ajudou a construir a realidade, que, a cada dia, vai transformando esta realidade e, conseqüentemente, adaptando a Lei Orgânica aos novos tempos.

Com o tempo, pequenas modificações foram acrescentadas ao Regimento Interno, corrigindo limitações detectadas pelos parlamentares e pelos assessores da Casa.

*A Promulgação da Lei Orgânica aconteceu, na presença de diversas autoridades, no dia 8 de junho de 1993*



# Delegando competências

Em 1995, a Mesa Diretora formou uma comissão encarregada de reestudar o Regimento Interno, a fim de propor modificações substantivas que fossem necessárias e incluir, para debate, todas aquelas sugeridas a partir de sua implantação, mas que ainda não foram de fato transformadas em Resoluções.

Entre as propostas apresentadas pela comissão, estava a figura do diretor-geral, que foi descartada. Entretanto, para que os deputados pudessem exercer efetivamente as tarefas para as quais foram eleitos - legislar e fiscalizar o Executivo -, a Mesa Diretora da Câmara Legislativa editou, em 1995, o Ato nº 120/95, delegando aos seus assessores especiais competência para praticar atos administrativos relacionados a diversas matérias que, na verdade, obstruíam a pauta de deliberações do Colegiado Diretor da Casa, atrasando questões de alta relevância. Os atos do Colegiado de Assessores deveriam ser tomados sempre em conjunto e por decisão unânime.

Em 1996, o Ato da Mesa Diretora nº 013/96 dele-

gou nova competência aos assessores especiais da Mesa para disciplinar os procedimentos de elaboração das folhas de pagamento dos servidores da CLDF e regulamentar as matérias que envolvem assuntos da área administrativa da Câmara.

Em maio de 1997, o Ato da Mesa Diretora nº 016/97 revogou os Atos anteriores delegando aos Assessores Especiais competência para, sempre em conjunto e por decisão da maioria de no mínimo quatro, praticarem atos administrativos relativos à concessão de licenças, aposentadorias, vantagens, averbação de tempo de serviço, programação de treinamento, diárias, passagens, exercício de servidores, horário especial, cota de serviços, horas-extras, aprovação de pareceres normativos da área jurídica, a subdelegação de competência, entre outros.

Foi dada assim nova face ao Colegiado de Assessores Especiais da Mesa Diretora, correspondendo cada assessor a um membro da mesma.

ATO DA MESA DIRETORA Nº 120 DE 1995

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e lendo em vista o disposto no art. 205 da Resolução nº 19, de 17 de junho de 1991 e sem prejuízo de suas competências,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Delegar competência aos Assessores Especiais da Mesa Diretora, LUCIANE CARNEIRO PINTO - Presidência, JOSÉ ANTONIO PRATES - Vice-Presidência, JOÃO BATISTA CASCUDO RODRIGUES - 1ª Secretária, ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL - 2ª Secretária e RICARDO JOSÉ ALVES - 3ª Secretária para, sempre em conjunto e por decisão unânime, praticarem os seguintes atos administrativos, através de Portaria:

I) Fixar as cotas de serviços dos Oabinéis Parlamentares, das Lideranças de Partidos e Blocos Parlamentares, bem como dos orgãos d\* Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II) Expedir as normas regulamentadoras do Boletim de Comunicações administrativas, de que traía a Resolução nº 100, de 26 de setembro de 1995.

An. 2º • Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Alt 1º • Revogam-se as disposições em contrário:

S»la das Reuniões, em 11 de outubro de 1995.

Deputado GERALDO MAGELA  
Presidente

Deputado JOSÉ EDMAR  
Vice-Presidente

Deputado EDIMAR PIRENEUS  
2º Secretário

Deputado MANOEL DE ANDRADE  
1º Secretário

Deputado PENIEL PACHECO  
3º Secretário

DCL-13/10/95

Ato da Mesa Diretora  
nº 120/95

# A Câmara Legislativa hoje

Hoje, consolidada e institucionalizada, com um quadro de 763 servidores efetivos, 607 de livre provimento e 201 requisitados de outros órgãos, a Câmara Legislativa do Distrito Federal presta inestimáveis serviços ao povo do DF.

O conjunto de leis aprovadas e os diversos projetos em tramitação na Casa têm por objetivo resgatar e garantir a cidadania dos brasilienses e melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida dos habitantes da Capital do Brasil.

Assim, de janeiro de 1991 até julho de 1998, o trabalho legislativo dos deputados distritais gerou 16.373 proposições, sendo 5.471 projetos de lei, 1.789 indicações, 4.350 moções, 3.054 requerimentos, 304 projetos de resolução, 512 projetos de decretos legislativos, 135 recursos, 57 projetos de emenda à Lei Orgânica e 701 projetos de lei complementar.

A par disso, em 1998, somente no primeiro semestre, 73.225 pessoas acessaram as dependências da Câmara Legislativa, de acordo com dados da Coordenadoria de Segurança.

Isso prova a importância e a confiança que a população do Distrito Federal atribui à sua Casa Legislativa.

Para se aproximar cada vez mais dos cidadãos, a CLDF desenvolve diversos projetos e presta vários serviços à comunidade, dentre os quais destacam-se:

## BIBLIOTECA

A Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal foi criada em 1991, ano da instalação da CLDF. O seu acervo é especializado nas áreas de Ciências Sociais, com ênfase em Direito, Economia, Ciência Política e assuntos pertinentes ao Distrito Federal, além da documentação técnica, administrativa e histórica da Casa.

A Biblioteca é constituída de dois setores: o de Pesquisa e Recuperação da Informação e o Setor de Documentação Legislativa.

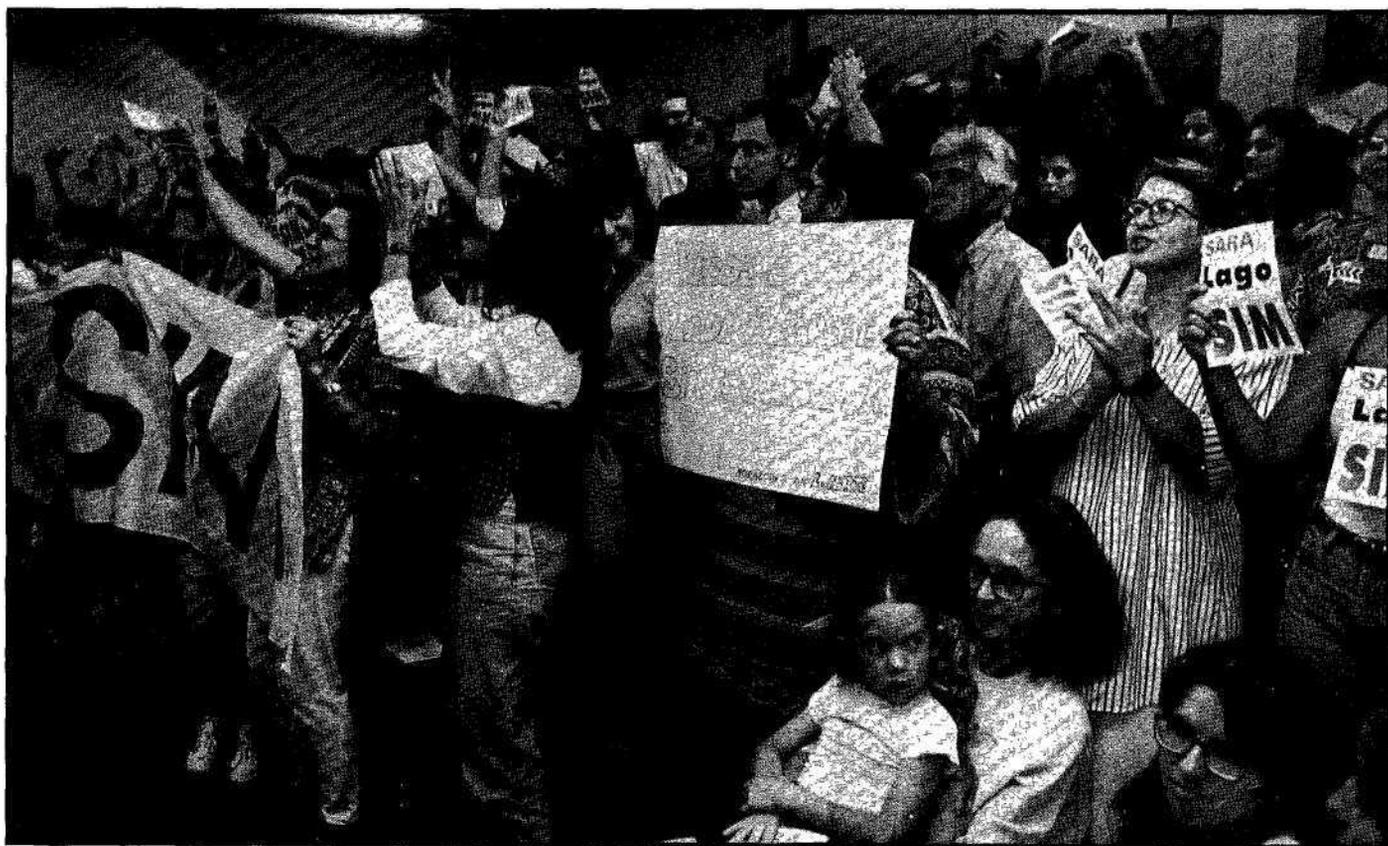
No Arquivo da CLDF encontra-se toda a documentação histórica e administrativa do Poder Legislativo do DF e a história pessoal, política e funcional de cada deputado e servidor da Casa.

Estes dois setores trabalham de forma integrada, fornecendo aos seus usuários toda documentação/informação necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

A Biblioteca está informatizada e interligada à rede do PRODASEN. Isto significa que além do acesso on-line a todas as bases de dados do sistema, está à disposição de todos interessados a legislação (leis, atos, resoluções, etc) emanados da CLDF.

Com o objetivo de incentivar o hábito da leitura, e também como entretenimento, foi criado na Biblioteca o Clube do Livro constituído de obras literárias nacionais e estrangeiras doadas pelos sócios.

*A população tem participado intensamente dos debates na Câmara Legislativa, com manifestações em defesa de suas reivindicações*



## PROJETO "CIDADÃO DO FUTURO"

Por intermédio do Projeto "Cidadão do Futuro", estudantes das escolas públicas e particulares do Distrito Federal podem visitar a Câmara Legislativa, conhecer os deputados distritais, aprender como se fazem as leis e, ainda, como deputados-mirins, realizar sessões simuladas e apresentar propostas de solução para os principais problemas de suas comunidades.

Dessa forma, crianças e adolescentes têm a oportunidade de conhecer o funcionamento do Poder Legislativo local e avaliar sua importância para o desenvolvimento do Distrito Federal, iniciando-se no processo de cidadania e de participação democrática.

Desde sua implantação em 1996, o Projeto "Cidadão do Futuro" trouxe à CLDF 5.097 alunos de 1º e 2º graus, de 144 escolas públicas e particulares, de todas as Regiões Administrativas do DF. Desses alunos, 2.656 participaram da realização de 37 sessões simuladas, nas quais foram apresentadas 175 proposições.

Essas propostas foram submetidas à análise da Assessoria Legislativa da Casa e dos deputados distritais. Algumas delas se encontram em projetos similares apresentados anteriormente pelos parlamentares, já aprovados ou em tramitação. Algumas são encaminhadas pela Mesa Diretora na forma de moções. E outras, ainda, são enviadas ao Poder Executivo, pois sugerem ações ou requerem providências para a solução de problemas relacionados às áreas de saúde, educação, segurança, transporte, habitação, meio-ambiente.

## DISQUE-PROJETO

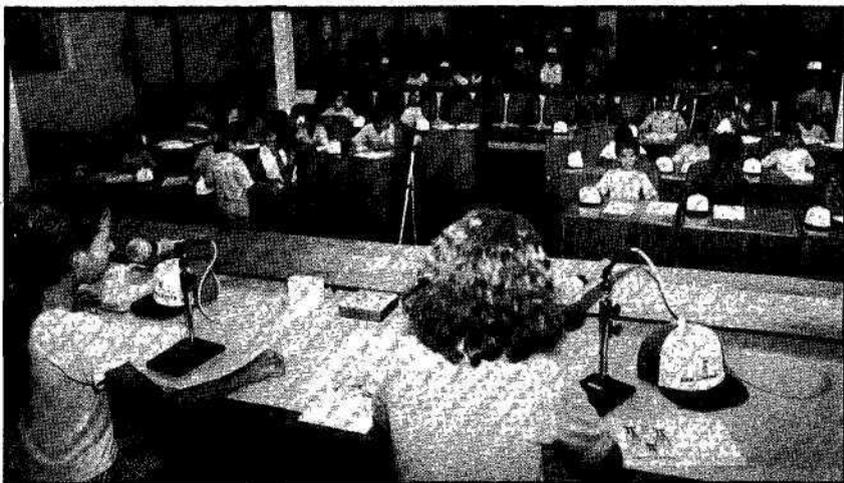
O Disque-Projeto é um canal permanente de comunicação com a comunidade, para que os atos da CLDF sejam frutos de decisões coletivas e atendam aos legítimos anseios da sociedade.

O Disque-Projeto coloca à disposição dos cidadãos todas as informações referentes aos trabalhos da Câmara Legislativa e recebe sugestões que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

O sistema é desenvolvido no Setor de Protocolo Legislativo, vinculado à 3ª Secretaria, e oferece os seguintes serviços:

- Cópia de proposições apresentadas;
- Cópia de proposições aprovadas (leis, emendas à Lei Orgânica etc);
- Pesquisa por temas, como número do projeto, número da lei, autor, data de apresentação, ementa, data da publicação etc);
- Emissão de relatórios com a última ação da proposição ou tramitação completa;
- Estatísticas com o número de proposições apresentadas e as aprovadas.

No primeiro semestre de 1998, o Setor de Protocolo Legislativo, em linha direta com o cidadão, efetuou 3.525 atendimentos no balcão - pedidos de cópias, emissão



Sessão simulada por estudantes no Plenário da Câmara, dentro do projeto "Cidadão do Futuro"

de relatórios, estatísticas e pesquisas diversas -, 2.507 atendimentos pelo telefone - pesquisa de leis e proposições - e transmitiu 106 faxes, atendendo a solicitações de diversas entidades, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais de vários pontos do País.

## REVISTA DF-LETRAS

Em novembro de 1992, pela Resolução 058/92, foi instituído o Suplemento Cultural do Diário Oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Inicialmente, a publicação era um encarte mensal do Diário Oficial da Câmara Legislativa, em formato tablóide e impressão em papel jornal. Destinava-se à divulgação de artigos relacionados às áreas de ciências humanas e naturais e à publicação de contos, poesias, críticas e resenhas literárias.

O Suplemento DF-LETRAS nº1 foi editado nesse mesmo mês de novembro.

Paulo Bertran, pesquisador, historiador e escritor de Brasília foi o primeiro editor do suplemento, com projeto gráfico inicial do diagramador Cláudio Antônio de Deus e do designer Cláudio Maya Monteiro. Editaram também o Suplemento os jornalistas Ivan Carvalho e Nelson Pantoja.

Com o Ato da Mesa Diretora nº 043 de 1996, o Suplemento deixa de ter formato tablóide e impressão em papel jornal, e passa a ser uma revista, denominada DF LETRAS, com tiragem mensal de cinco mil exemplares e distribuição prioritária aos escritores e escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. A edição da revista é do jornalista Chico Nóbrega e programação visual de Marcos Lisboa.

O Conselho Editorial da DF LETRAS, definido pelo Ato da Mesa Diretora nº 26/97 e complementado pelo AMD nº 046/97, tem a seguinte composição:



Vice-presidência da CLDF;  
 Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica;  
 Sindicato dos Escritores;  
 Associação Nacional de Escritores;  
 Academia Brasiliense de Letras;  
 Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal;  
 Academia Taguatinguense de Letras;  
 Academia de Letras de Brasília;  
 Academia de Letras do Distrito Federal;  
 Academia de Letras e Música do Brasil;  
 Academia de Letras do Brasil;  
 Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal;  
 Academia de Trovadores do Distrito Federal.

### ANAIS DA CÂMARA LEGISLATIVA

A Comissão dos Anais foi criada para dar prosseguimento à publicação dos Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Essa Comissão resgata as notas taquigráficas de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes realizadas desde 1991, para prepará-las para publicação. Os integrantes da Comissão fazem leitura das notas, conferência dos documentos, proposições e anexos. Conferem os sumários elaborados pelo Setor de Tramitação, Ata e Súmula com as informações constantes das sessões. Fazem também recuperação de informações no Protocolo Legislativo, Arquivo, Comissões Permanentes, órgãos do Governo e, principalmente, em empresas particulares de comunicação, como Jornal de Brasília, Correio Brasiliense, Jornal da Comunidade, entre outros.

Até então, essa Comissão já preparou e encaminhou à Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica para publicação de todo o material das sessões de 1991, 1992, 1993 e os meses de janeiro e fevereiro de 1994.

### TV DISTRIAL

É o mais recente projeto desenvolvido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Através do canal 9, da TV a cabo Net-Brasília, a W Distrital leva ao ar as sessões plenárias ao vivo e informações sobre a atuação dos deputados distritais. Os 24 gabinetes da Casa contam com um ponto de recepção da Net, o que permite que a assessoria dos deputados também acompanhe tudo o que acontece no plenário.

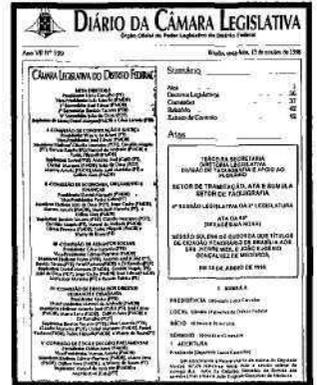
Produzida pelo Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) da Universidade de Brasília, e supervisionada pela Coordenadoria de Comunicação Social da CLDF, a W Distrital inicia suas transmissões às 14h30min. Primeiro, o telespectador toma conhecimento da programação do dia. Às 15 horas, o programa "Hoje na Câmara" destaca os principais projetos na pauta de votação e a

agenda do dia, além de apresentar o perfil de dois parlamentares.

As sessões ordinárias são transmitidas a partir das 15h30min., assim como as sessões solenes e outros eventos realizados no plenário. Após as transmissões ao vivo, o boletim "Amanhã na Câmara" antecipa a agenda do dia seguinte. As sessões do dia são reprisadas a partir das 19 horas.

### DIÁRIO OFICIAL DA CLDF

O Diário da Câmara Legislativa (DCL) é o órgão oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi criado pelo Ato nº 029/91 e implementado pela Resolução nº 055/92. Destina-se o DCL a dar divulgação das atividades legislativas da Câmara, bem como de seus atos administrativos, para efeito de requisito legal e moralidade administrativa.



A princípio, as atividades da Câmara eram publicadas no Diário Oficial do DF. Com a Resolução nº 055/92, a Câmara legislativa promoveu uma concorrência entre as gráficas do DF para a impressão do Diário.

Por fim, seguindo orientação da Vice-Presidência da Câmara Legislativa, responsável pelo DCL, a Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica criou um novo formato para o Diário e estabeleceu normas e critérios para a edição do DCL, que passou inclusive a ser impresso na própria Gráfica da Câmara. Tal decisão resultou em significativa redução de custos para os cofres da CLDF.

O DCL está totalmente consolidado e é leitura obrigatória para todos aqueles que querem saber da história do DF. A editora do DCL é a jornalista Nelci Stein.

*O brasiliense pode acompanhar as sessões da Câmara pela TV Distrital*



dos Deputados Distritais

**100**



# Adão Xavier

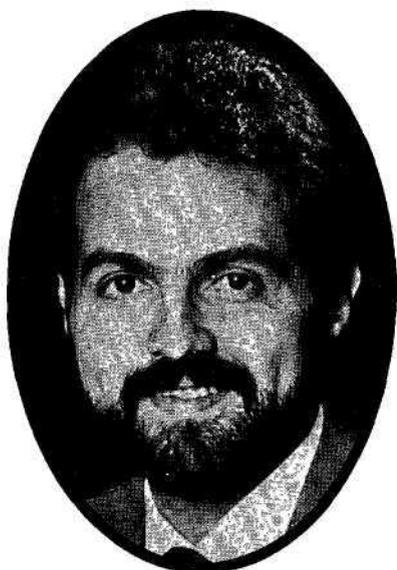
## PPB

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**A**dão Pereira Xavier nasceu em 13 de outubro de 1961, em Vazante (MG). Reside em Brasília desde 1967. Trabalhou no BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo, de onde saiu como subgerente, e foi agente administrativo da Administração Regional de Samambaia, cidade onde está localizada sua principal base eleitoral. Xavier é evangélico, foi presidente fundador da "Associação Comunitária das Quadras Pares de Samambaia", e obteve 7.480 votos. Exerce o seu primeiro mandato. Foi vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1996) e presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1997). Em 1998, presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Foi do PFL, PMDB e, atualmente, é líder do PPB na CLDF. Sua principal bandeira é lutar pelo desenvolvimento do Distrito Federal, em especial de Samambaia, e pela comunidade evangélica com atenção voltada às solicitações e anseios da população.

### PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 893/95** - Estabelece o dia 30 de novembro como o "Dia do Evangélico";
- Lei nº 1.024/96** - Permite a instalação e funcionamento de templos religiosos em qualquer lugar do Distrito Federal, liberando o Alvará de Funcionamento;
- Lei nº 1.297/96** - Proíbe a venda de cigarros e derivados do fumo a menores de 18 anos e a publicidade desses produtos a menos de 300 metros de estabelecimentos de ensino;
- Lei nº 1.321/96** - Isenta do pagamento da taxa de inscrição em concurso público as pessoas que comprovarem doação de sangue, pelo menos três vezes ao ano, à Fundação Hemocentro de Brasília ou aos hospitais do DF;
- PL nº 3.769/98** - Assegura a matrícula para portadores de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência.



# Agnelo Queiroz

## PC do B

1ª Legislatura

1991 - 1994

**A**gnelo Santos Queiroz Filho nasceu em Itapetinga (BA) em 9 de novembro de 1958. Médico-cirurgião da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, também foi presidente da Associação dos Médicos Residentes, diretor da Fundação Nacional dos Médicos e da Associação Médica de Brasília. Agnelo Queiroz foi eleito com 4.387 votos pelo PC do B. As suas principais bases eleitorais são o Gama, onde trabalhava, e o Plano Piloto, local de sua residência. Na Câmara Legislativa foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1991) e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1993). Também presidiu a CPI das Mensalidades Escolares em 1993. Foi líder do PC do B na Câmara Legislativa.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 189/91** - Institui a cobrança de 1/3 do valor da passagem para o passe estudantil;
- Lei nº 190/91** - Institui a meia entrada para estudantes em espetáculos musicais, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimento;
- Lei nº 264/92** - Dispõe sobre a doação de órgãos para transplante e autoriza o Poder Executivo a criar a Central de Capacitação de Órgãos;
- Lei nº 326/92** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do "Teste do Pezinho" nos hospitais e maternidades do Distrito Federal;
- Lei nº 492/93** • Estabelece normas de controle sanitário para vigência no período da seca no âmbito do Distrito Federal.



# Antônio José - Cafu PT

2<sup>a</sup> Legislatura  
1995 - 1998

**A**ntônio José Ferreira (Cafu) nasceu em 31 de março de 1951, em Anápolis (GO). Reside em Brasília desde 1970. É professor de Geografia, diplomado pela Universidade de Brasília, e leciona em cursinhos no Plano Piloto, Taguatinga, Gama e Sobradinho. Cafu exerce o seu primeiro mandato, tendo sido eleito com 6.310 votos. A sua base eleitoral se estende, principalmente, pelo Plano Piloto, Guará, Sobradinho, Santa Maria e Riacho Fundo. Direciona sua atuação parlamentar aos chamados "grupos minoritários" (crianças, mulheres, negros, *sem-teto* e *sem-terra*). Sua militância abrange a defesa dos direitos humanos, o movimento negro e os movimentos de luta pela moradia e pela reforma agrária. Participou, em junho de 1996, da conferência das Nações Unidas sobre habitação (Habitat), em Istambul, Turquia, como representante da Câmara Legislativa. De volta, promoveu ações que culminaram em duas conferências de habitação no DF (1996 e 1998), nas quais foram definidas as políticas de habitação popular defendida pelo deputado. Na CLDF foi líder da Bancada do PT e relator da CPI que investigou a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, em março de 1996. Propôs a criação de uma Vara Especial da Infância, no Ministério Público. Foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1997).

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.187/96** - Institui a obrigatoriedade do ensino do estudo da raça negra nas escolas de 1º e 2º Graus da rede pública do DF;
- Lei nº 1.211/96** • Dispõe sobre o atendimento domiciliar especializado às casas de apoio que abrigam pacientes portadores do vírus HIV;
- Lei nº 1.575/96** • Dispõe sobre a orientação sexual como conteúdo das matérias e atividades curriculares de 1º e 2º Graus dos estabelecimentos de ensino do DF;
- Lei nº 1.507/97** (co-autoria) - Obriga a presença de atores de raças/etnias minoritárias em comerciais produzidos no DF para revistas, jornais, televisão, cartazes e *outdoors*;
- Lei nº 1.669/97** - Obriga os jornais locais a publicarem anúncio de denúncia de crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.



# Aroldo Satake

## PDS

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**A**roldo Satake nasceu em Marília (SP), em 29 de janeiro de 1948.

Reside em Brasília há vários anos.

É agricultor e empresário. Foi presidente da Associação dos Usuários da CEASA (1978/79) e presidente do Clube Nipo-Brasileiro (1989/90).

Em 1990, foi eleito com 4.182 votos, pelo PDS, e teve como principais bases eleitorais o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante, contando com o apoio da colônia nipo-brasileira e agricultores.

Aroldo Satake foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1991/92) e relator da Comissão de Sistematização e da Comissão de Política Urbana e Rural.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 274/92** - Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de Brasília;
- Lei nº 422/93** - Dispõe sobre a participação em conselhos e assembléas;
- Lei nº 500/93** - Torna obrigatória a colocação de balanças à disposição do consumidor nos estabelecimentos que especifica;
- Lei nº 739/94** - Cria o Pólo de Confecção do Distrito Federal na Região Administrativa do Guará, em área a ser definida pelo Poder Executivo nos termos do PDOT;
- Lei nº 1.260/96** - Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Distrito federal - PRORURAL .



# Benício Tavares

## PTB

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998

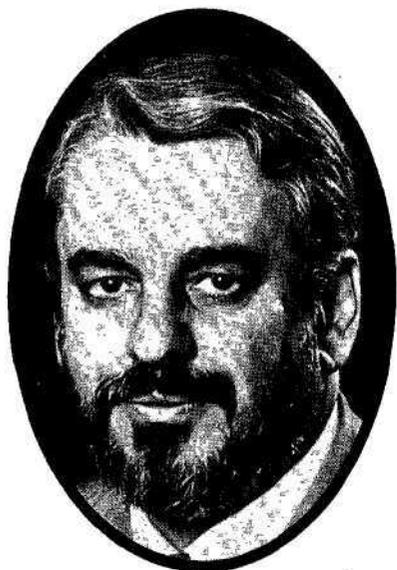
**B**enício Tavares da Cunha Mello nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1956. Reside em Brasília desde a sua **fundação**. formado em Administração de Empresas, é técnico legislativo licenciado do Senado federal. Desde a década de 70, vem atuando em defesa dos deficientes, sendo um dos fundadores da Associação dos Deficientes Físicos do Distrito Federal, tendo sido seu presidente. Fez parte de várias associações e entidades ligadas a esse segmento.

No seu primeiro mandato, foi eleito com 6.036 votos pelo PDT, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga. Foi integrante do PP e reeleito com 9.472 votos pelo PMDB, estendendo a sua base eleitoral a Planaltina e Riacho Fundo. Direciona sua atuação parlamentar aos moradores da zona rural do DF, à proteção dos direitos humanos dos deficientes e desenvolve uma política assistencialista, prestando, inclusive, assistência jurídica à sociedade.

Benício ocupou a Terceira Secretaria no biênio 91/92. Foi vice-presidente da Comissão da Ordem Económica, Finanças, Orçamento e Tributos da Lei Orgânica (1991). Foi presidente da Câmara Legislativa no biênio 93/94, período em que exerceu o governo interino do Distrito Federal. Foi vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1992). Atualmente é o segundo secretário da Mesa Diretora (1997/98).

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 160/91** - Disciplina a aplicação no DF do art. 37, VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a reserva de percentual de cargos e empregos públicos, destinando 20% das vagas para pessoas portadoras de deficiência;
- Lei nº 258/92** - Determina a inclusão, em edifícios e logradouros de uso público, de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiência física;
- Lei nº 453/93** - Concede transporte gratuito às pessoas portadoras de insuficiência renal;
- Lei nº 566/93** - Concede transporte gratuito às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental;
- Lei nº 646/94** - Torna obrigatório o uso do símbolo internacional de surdez nas carteiras de identidade dos deficientes auditivos.



# Carlos Alberto PCB

1ª Legislatura

1991 - 1994

**C**arlos Alberto Müller Lima Torres nasceu em São Paulo (SP), em 16 de julho de 1945.

É formado em Engenharia e professor de Administração na Universidade de Brasília. Foi secretário-geral da CEBRADE e presidente do Comitê pelo Voto no Distrito Federal.

Carlos Alberto foi eleito deputado distrital pelo PCB, com 14.541 votos, sendo as suas bases eleitorais o Plano Piloto, Taguatinga e Guará.

Na Câmara Legislativa compôs a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Foi relator das Comissões de Sistematização e da Ordem Económica, Finanças, Orçamento e Tributo.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 245/92** - Dispõe sobre autorização legislativa para alterações nos códigos de edificações, nos gabaritos de edificações, no zoneamento e destinação das terras públicas do DF;
- Lei nº 403/92** - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Aberta do Distrito Federal - UNAB/DF;
- Lei nº 759/94** - Dispõe sobre a política de concessão de uso das terras rurais do DF;
- Lei nº 1.146/96** - Dispõe sobre a introdução da educação ambiental como conteúdo nas matérias e atividades curriculares de 1º e 2º Graus;
- Lei nº 1.424/97** - Institui o programa permanente de desenvolvimento profissional e reciclagem tecnológica para as áreas que especifica, no âmbito da educação continuada.



# César Lacerda

## PTB

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**C**ésar Lacerda nasceu em Pires do Rio, em 7 de maio de 1934. Reside em Brasília desde 1957. Bacharel em Direito e empresário, foi o primeiro morador de **Taguatinga**.

Com apenas 18 anos, em sua cidade natal, o **deputado** foi eleito vereador pelo antigo PSD. Foi o primeiro administrador regional de **Brasília**, **secretário** de Assuntos Políticos no Governo **Joaquim Roriz** e, ainda, administrador do **Gama**, **Santa Maria** e **Recanto das Emas**. Também foi suplente de senador pelo Distrito Federal.

O deputado **César Lacerda** foi eleito com 7.170 votos pelo PRN, tendo como principal base eleitoral **Gama** e **Santa Maria**. **Direciona** sua atuação parlamentar para a defesa dos interesses dessas cidades, em especial aos idosos, mulheres e crianças. Preocupa-se com a geração de empregos, a defesa dos direitos dos menos favorecidos e o combate às drogas. Define-se como um **político** de centro e diz votar favoravelmente a qualquer projeto em prol dos interesses da população **brasiliense**. Defende com intransigência o fim das invasões de terras públicas. Apresentou diversas proposições que criam pólos de desenvolvimento para que novas empresas se instalem no DF. Ocupou a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1996) e a **Vice-Presidência** (1997). É o líder do PTB desde 1996. Presidiu a **CPI dos Bingos e Similares** (1995).

**Atualmente** é o presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

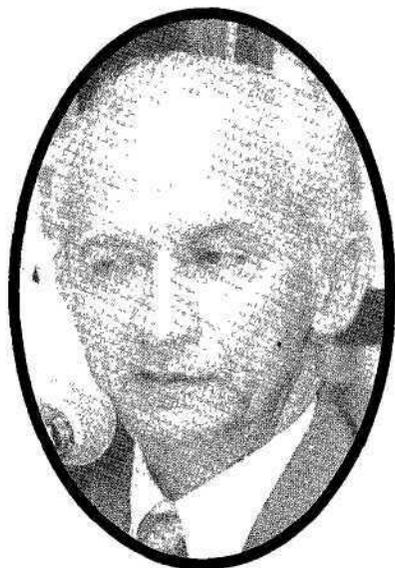
**Lei nº 908/95** - Altera o gabarito das edificações comerciais do Gama;

**Lei nº 1.084/96** • Dispõe sobre a impressão de fotos de crianças desaparecidas em contas de água e luz;

**Lei nº 1.111/96** • Cria o Pólo de Artesanato do Distrito Federal;

**Lei nº 1.277/96** - Cria a Delegacia da Mulher em cada cidade-satélite do DF;

**Lei nº 1.828/97** • Disciplina a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes do DF.



# Cícero Miranda PTB

1ª Legislatura  
1991 - 1994 (Suplente)

## PRINCIPAL LEI DE SUA AUTORIA

**C**ícero Miranda Filho nasceu em Campo Maior (PI), em 19 de março de 1938.

Trabalhou na Radiobrás (1984). Foi administrador regional do Gama (1987/89) e administrador da SHIS - Sociedade Habitacional de Interesse Social (1991/94).

Em 1990, foi eleito 1º suplente pela coligação Frente Comunidade, ocupando a vaga do deputado Maurílio Silva, no período de 10/11/94 a 31/12/94

**Lei nº 809/94** - Torna obrigatório, no Distrito Federal, o uso de cinto de segurança nos veículos.



# Cláudio Monteiro

## PDT

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998

**F**rancisco Cláudio Monteiro nasceu em Niterói (RJ), em 26 de dezembro de 1958. Reside em Brasília desde 1959. É bacharel em Direito e policial civil. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (SINPOL). Em seu primeiro mandato, foi eleito com 2.887 votos pelo PRP, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Taguatinga, Guará e Ceilândia. Foi reeleito com 6.640 votos pelo PPS, votos provindos principalmente do Guará, Plano Piloto, Sobradinho e Planaltina. O deputado concentra sua atividade parlamentar em iniciativas que aumentem a segurança da população e aliviem o bolso do contribuinte. Ocupou a Vice-Prsidência da Comissão de Constituição e Justiça no biênio 91/92 e foi terceiro secretário da Câmara no biênio 93/94. Presidiu a CPI das Denúncias na Corporação Militar do Distrito Federal e a CPI das Drogas. Também foi presidente da Comissão da Organização dos Poderes do Distrito Federal para elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 887/91** - Criação da Fundação Hemocentro do DF;

**Leis nºs 249/92, 532/93, 533/93, 672/94, 1.924/98** - Leis das grades, permitindo aos moradores do Guará, das Quadras 700 das Asas Norte e Sul, Núcleo Bandeirante e Sobradinho cercarem suas residências;

**Lei nº 739/94** - Cria o Pólo de Confeção do DF no Guará;

**Lei nº 887/95** - Cria o programa de leitura de jornais em salas de aula;

**Lei nº 1.362/96** - Isenta o pagamento do IPTU para os idosos aposentados e pensionistas.



# Daniel Marques

## PMDB

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**D**aniel Marques de Souza nasceu em Anápolis (GO), em 17 de julho de 1946. Reside em Brasília desde a sua fundação.

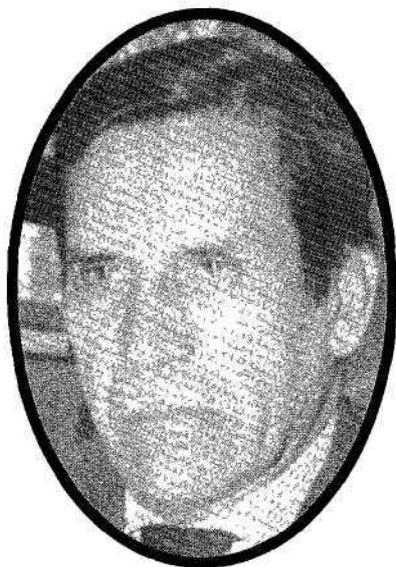
É engenheiro agrônomo, com especialização feita na Itália, e professor de Matemática. Exerceu vários cargos de direção na Fundação Zoobotânica do DF, entre eles a presidência. Foi superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI e administrador regional de Planaltina. Foi também governador interino de Roraima e secretário de Agricultura daquele estado.

Nas eleições de 1994, o deputado Daniel Marques obteve 10.392 votos, pelo PP, provindos de Planaltina, sua principal base eleitoral.

Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1997) e, atualmente, é o presidente dessa Comissão (1998).

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.230/96** • Cria o Pólo Agroindustrial de Planaltina;
- Lei nº 1.383/97** - Inclui a festa do Bumba-Meu-Boi, em Sobradinho, como evento oficial do DF;
- Lei nº 1.513/97** - Inclui a festa de Folia de Reis, em Planaltina, como evento oficial do DF;
- Lei nº 1.567/97** - Estabelece normas para abate de animais destinados ao consumo;
- Lei nº 1.919/98** - Cria o Núcleo Rural Olhos D'Água na Região Administrativa de Planaltina.



# Danton Nogueira

## PPR

1ª Legislatura

1991 - 1994 (Suplente)

**D**anton Eizler Nogueira nasceu em São Gabriel (RS), em 15 de agosto de 1929.

Em 1990, foi eleito 1º suplente pela Coligação Frente Comunitária, ocupando a vaga do deputado Fernando Naves em novembro de 1994.

### PRINCIPAL LEI DE SUA AUTORIA

**Lei nº 834/94** - Autoriza o Poder Executivo a doar em comodato, por prazo indeterminado, à Universidade Latino-Americana e do Caribe - ULAC o terreno e esqueleto remanescente do Brasília Palace Hotel para fins que especifica.



# Edimar Pireneus

## PMDB

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998

**E**dimar Pireneus Cardoso nasceu em Corumbá (GO), em 6 de fevereiro de 1949. Formou-se em Sociologia pela Universidade de Brasília. É empresário. Na primeira legislatura, foi eleito com 4.156 votos pelo PDT e foi reeleito com 10.534 votos pelo PP. Sua base eleitoral em ambas as eleições foi Brazlândia. Foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1991/92) e é o vice-presidente dessa Comissão atualmente. Foi líder do Governo Roriz (1993/94) e segundo J secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa (1995/96).

Na elaboração da Lei Orgânica, defendeu o meio ambiente, a qualidade de ensino e geração de empregos, além de ter sido o vice-presidente da Comissão da Organização dos Poderes do Distrito Federal.

O deputado concentra sua atuação parlamentar na formulação de propostas que impulsionem o desenvolvimento do Distrito Federal, com a criação de núcleos rurais e agrovilas, escolas e parques ecológicos, bem como apoio a esportes e assistência social, instalação de redes de abatedouros públicos, assistência à saúde materno-infantil, entre outras iniciativas.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 178/91** • Cria uma rede de abatedouros públicos no DF, com assistência técnica, treinamento profissional e controle sanitário;
- Lei nº 239/92** - Institui o passe livre, garante transporte gratuito para estudantes da zona rural, qualquer que seja o trajeto entre sua casa e a escola;
- Lei nº 854/95** - Cria o Programa de Integração Social da Criança e Adolescente (PROMENOR), cujo objetivo é dar assistência, educação profissional e moradia para os meninos de rua, com recursos oriundos de taxas sobre ocupação de áreas públicas;
- Lei nº 1.404/97** • Determina a implantação dos centros de atendimento médico materno-infantil a mães e filhos de até 14 anos, além de promover cursos de orientação à comunidade sobre os meios de prevenir doenças e manutenção da saúde, em todas as regiões administrativas do DF;
- Lei nº 1.585/97** - Regula o sistema de transporte escolar, garantindo segurança aos estudantes que se utilizam dos transportes escolares, uma vez que estes deverão obedecer a normas de segurança para não pôr em risco a integridade física dos usuários.



# Eurípedes Camargo

## PT

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998 (Suplente)

**E**urípedes Pedro Camargo nasceu em Rubiataba (GO), em 9 de novembro de 1950.

Foi serralheiro e líder comunitário do Movimento dos Incansáveis de Ceilândia. Foi assessor da Administração Regional da Ceilândia e da Ação Cristã Pró-Gente. Na 1ª legislatura foi eleito com 4.169 votos. Em 1994, foi eleito terceiro suplente da Frente Brasília Popular, com 4.090 votos. Sua base eleitoral, em ambas as eleições, foi a cidade de Ceilândia.

Na CLDF, foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1993). Como suplente, exerceu o mandato de setembro de 1996 a novembro de 1997. No Governo Cristovam Buarque, foi secretário-adjunto da Secretaria da Criança e Assistência Social.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 247/92** - Dispõe sobre a seleção, coleta e destino dos resíduos gerados por estabelecimentos de serviços de saúde;
- Lei nº 307/92** - Legaliza a situação das famílias que ocupam lotes de forma irregular em Samambaia;
- Lei nº 1.358/96** - Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de turismo social;
- Lei nº 1.507/97** - Dispõe sobre a representação étnica na publicidade veiculada no DF;
- Lei nº 1.695/97** - Concede anistia às entidades sindicais dos servidores públicos da Secretaria de Saúde do DF, por atos individuais ou coletivos decorrentes da paralisação da Administração Pública do DF.



# Fernando Naves

## PP

1ª Legislatura

1991 - 1994

**F**ernando Gomes Naves nasceu em Araguari (MG), em 26 de março de 1950.

PoliciaI militar, foi presidente do Clube de Subtenentes da PMDF.

Em 1990, foi eleito com 5.490 votos pelo PDC, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga.

Na CLDF foi suplente da Mesa Diretora (1991/92). Na elaboração da Lei Orgânica, foi o secretário da Comissão de Sistematização.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 216/91** • Estabelece critérios e abre concessão de cotas para distribuição de casas ou lotes semi-urbanizados no programa de assentamento do DF;
- Lei nº 217/91** • Autoriza o Poder Executivo a criar auto-escolas públicas;
- Lei nº 280/92** - Assegura a livre locomoção aos policiais militares e bombeiros militares em todos os veículos de transporte público coletivo do DF;
- Lei nº 462/93** • Dispõe sobre a reciclagem de resíduos sólidos no DF;
- Lei nº 607/93** • Dispõe sobre o uso de música mecânica ou ao vivo em bares, restaurantes, boates e casas de diversões em geral.



# Geraldo Magela

## PT

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998

**G**eraldo Magela Pereira nasceu em Patos de Minas -(MG), em 26 de dezembro de 1956. É funcionário do Banco do Brasil.

Foi militante sindical e membro da Executiva Nacional do PT. Por duas vezes foi presidente regional do PT/DF. Em 1997, foi eleito presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE.

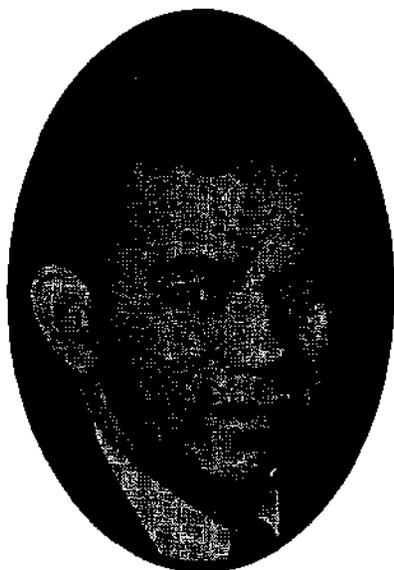
Na primeira legislatura foi eleito com 5.940 votos. Foi reeleito com 13.095 votos. Sua principal base política é formada por bancários e integrantes de movimentos culturais.

O deputado Geraldo Magela foi vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça em 1993 e em 1997, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1992) e secretário-geral da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica. Também foi líder do governo no período de fevereiro a abril de 1997. Foi líder do PT em 1992. No biênio 95/96, ocupou a presidência da CLDF, período em que assumiu o governo do Distrito Federal por três dias.

Licenciou-se da Câmara Legislativa para ocupar a Secretaria de Habitação do Governo Cristovam Buarque, no período de dezembro de 1997 a abril de 1998. Geraldo Magela tem trabalhado para resolver a questão da moradia no Distrito Federal.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 158/91** - Cria incentivos à arte e à cultura do Distrito Federal;
- Lei nº 556/93** - Cria o Parque Olhos d'Água, na Asa Norte;
- Lei nº 673/94** - Dispõe sobre o acesso dos consumidores às instalações de manuseio e preparo de alimentos dos bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- Lei nº 894/95** - Torna obrigatória a instalação de portas de segurança nas agências bancárias;
- Lei nº 1.736/97** - Destina área para implantação de projeto habitacional para os servidores públicos no Catetinho.



# Gilson Araújo PP

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**G**ilson da Guia Araújo Barbosa nasceu em Floriano (PI), em 1º de junho de 1947.

Formado em Contabilidade, é funcionário do Banco do Brasil. Foi administrador regional da Vila Paranoá (1989) e prefeito comunitário do Paranoá, no período de 1987 a 1990. Bancário e comerciante, foi secretário da Associação Comercial do Paranoá. Foi mestre da Ordem Rosa Cruz (1983). Na 1ª Legislatura, foi eleito pelo PTR, com 3.527 votos, sendo a sua principal base eleitoral o Paranoá.

Gilson Araújo, na CLDF, foi suplente da Mesa Diretora no biênio 93/94, presidente e vice-presidente (1994) da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ocupando também a Vice-Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1993). MJ elaboração da Lei Orgânica, foi o presidente da Comissão de Política Urbana e Rural.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 204/91** - Autoriza a fixação, pelo GDF, da população da Agrovila São Sebastião;
- Lei nº 514/93** - Estabelece normas para o registro e respectivo cancelamento, em banco de dados, serviços de proteção ao crédito e congêneres, de consumidores, no âmbito do DF;
- Lei nº 727/94** - Determina que o Poder Executivo do Distrito Federal efetue o rebaixamento dos meios-fios nas passagens para pedestre;
- Lei nº 765/94** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e internação a portadores do vírus da AIDS, autoriza a criação da casa de apoio e dá outras providências;
- Lei nº 1.438/97** - Cria o Parque Ecológico e Recreativo do Paranoá.



# João de Deus PDT

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**J**oão de Deus Silva Carvalho nasceu em Piaçabuçu (AL), em 14 de junho de 1954, Reside em Brasília desde 1974. Serviu como policial militar durante 19 anos na capital do Brasil. Foi agente de segurança da CLDF, membro do Conselho Deliberativo do CRESSPOM - Clube Recreativo dos Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar, fundador da Associação dos Cabos e Soldados e presidente da ASPRA - Associação dos Praças e Policiais Militares do Distrito Federal. Tem como principais bandeiras de luta a construção da cidadania dos PMs e BMs do Distrito Federal e a implantação de uma segurança pública eficiente para a comunidade **brasiliense**. Foi eleito com 10.870 votos, tendo como principal base eleitoral os praças policiais militares e os bombeiros. Presidiu, em 1995, a CPI da **Grilagem** e, em 1996, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Atualmente é o terceiro secretário da Mesa Diretora (1997/98).

## PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 935/95** - Autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder aos policiais militares e bombeiros militares a gratificação de risco de vida;
- PL nº 1.087/97** - Determina a colocação do preço das mercadorias ao lado do código de barras;
- Lei nº 1.587/97** - Cria a Biblioteca das Nações no Distrito Federal;
- PL nº 3.122/97** • Torna obrigatória a instalação de sonorizadores, antepondo-os às faixas de pedestres;
- Lei Complementar nº 29/97** - Transforma os becos de diversas regiões em lotes residenciais para os servidores da Segurança Pública.



# Jorge Cauhy

## PMDB

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**J**orge Cauhy Júnior nasceu em Uberaba (MG), em 27 de janeiro de 1924. Está em Brasília desde outubro de 1959, tendo fixado residência no Núcleo Bandeirante.

*Criou o Lar dos Velinhos Maria Madalena, a Casa da Mãe Solteira, a Creche Irmã Elvira e a Casa da Sopa. • Fundou e presidiu a Associação Comercial do Núcleo Bandeirante e foi diretor da Associação Comercial do Distrito federal. Também é comerciante.*

*Em 1990, foi eleito com 8.712 votos pelo PL. Foi reeleito com 9.255 votos pelo PP, tendo como principal base eleitoral o Núcleo Bandeirante. Sua atuação parlamentar tem foco na garantia da qualidade de vida dos idosos, pioneiros e jovens do Distrito Federal.*

*Na CLDF foi presidente (1993 e 1995) e vice-presidente (1996) da Comissão de Assuntos Sociais. Também presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1994). Na elaboração da Lei Orgânica, foi o vice-presidente da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente.*

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 233/92** • Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de ambulatórios e clínicas geriátricas na rede hospitalar do Distrito Federal;
- Lei nº 934/95** - Autoriza o funcionamento de creches e pré-escolas em áreas residenciais do Distrito Federal;
- Lei nº 1.293/96** - Cria a Cidade dos Pioneiros, programa habitacional para pioneiros e seus descendentes;
- Lei nº 1.581/97** • Torna obrigatória a autorização dos pais ou responsáveis para que o menor de 18 anos faça tatuagem;
- Lei nº 1.617/97** • Declara de utilidade pública as entidades filantrópicas sem fins lucrativos do Distrito Federal.



# José Edmar PMDB

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**J**osé Edmar de Castro Cordeiro nasceu em Formosa (GO), em 29 de outubro de 1951. Está em Brasília desde 1966. É formado em Estudos Sociais e Teologia. É pequeno empresário. Foi membro do Conselho de Administração da NOVACAP e líder comunitário de Taguatinga quando iniciou a luta pela moradia popular.

José Edmar foi eleito em 1990, com 3.680 votos pelo PFL. Foi reeleito com 5.976 votos pelo PSDB, e suas principais bases eleitorais são Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Paranoá.

Na CLDF foi suplente (biênio 91/92) e vice-presidente (1995/96) da Mesa Diretora; é atualmente primeiro secretário (1997/98). Ocupou, ainda, a vice-presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1991/92) e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1998). Foi presidente da CPI da Terra em 1991.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Leis nº 268/92 e 291/92** • Permitem o comércio em residência, nas esquinas e principais avenidas das cidades-satélites;
- Lei nº 566/93** - Estabelece gratuidade no transporte coletivo para idosos, menores carentes e deficientes;
- PL nº 803/93** - Institui o Fundo de Moradia Popular do DF
- Lei nº 901/95** - Regulamenta as atividades de *trailers*, quiosques e similares em todo o Distrito Federal;
- Lei nº 1.431/97** • Institui o imposto simplificado para microempresas - SIMPLES.



# José Eudes PT

2ª Legislatura  
1995 - 1998 (Suplente)

**J**osé Eudes Oliveira Costa nasceu em Araiases (MA), em 13 de julho de 1955. É bacharel em História e possui licenciatura plena em Educação Artística.

Foi presidente do Sindicato dos Auxiliares de Ensino - SAE e membro do Conselho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. No período de 1995 a 1997, foi administrador de Ceilândia.

Em 1994, foi eleito 5º suplente, com 3.268 votos, pela coligação Frente Brasília Popular. Em dezembro de 1997, assumiu o mandato de deputado distrital em substituição ao deputado Geraldo Magela.

Na CLDF compôs a Comissão de Constituição e Justiça, como membro titular, e a Comissão de Assuntos Sociais, como suplente.

## PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 1.940/98** - Autoriza o Poder Executivo a criar incentivo funcional para os servidores integrantes da carreira Assistência à Educação, do quadro de pessoal da Fundação Educacional do DF;

**Projeto de Lei nº 3.575/98** - Torna obrigatória a impressão dos caracteres das placas de identificação nos vidros dos veículos automotores licenciados no DF;

**Projeto de Lei nº 3.622/98** - autoriza o Poder Executivo a vincular as escolas públicas que especifica à Divisão Regional de Ensino de Ceilândia,



# José Ornellas PL

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**J**osé Ornellas de Souza Filho nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1921.

É empresário e coronel da reserva do Exército Brasileiro. Possui o curso de Comando e Estado-Maior no Brasil e nos EUA.

Foi governador do Distrito Federal (1982/85), sub-secretário geral do Ministério da Educação e Cultura no Governo Médici (1973/74), gerente de Recursos Humanos da Telebrás (1974/79) e vice-presidente da Telebrás (1978/82).

Em 1990, foi eleito com 3.580 votos e teve como principais bases eleitorais o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante. Na CLDF foi segundo secretário da Mesa Diretora no biênio 91/92. Na elaboração da Lei Orgânica, foi o presidente da Comissão de Ordem Econômica, Finanças, Orçamento e Tributos.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 212/91** • Estabelece normas para ordenamento territorial do Distrito Federal;

**Lei nº 452/93** - Altera a Lei nº 433, de 13 de abril de 1993, e dá outras providências.



# Lúcia Carvalho

## PT

1ª Legislatura

1991 - 1994

2ª Legislatura

1995 - 1998

**L**úcia Helena de Carvalho nasceu em Londrina (PR), em 8 de abril de 1954, Está em Brasília desde 1971. É professora, formada em Pedagogia, com licenciatura em Administração Escolar. Milita no Movimento Popular e Sindical há cerca de 20 anos, tendo ajudado a fundar Associação dos Professores, o Sindicato dos Professores do DF (1979), sendo a primeira mulher a presidi-lo (1996/90), as Associações de Moradores Incansáveis de Ceilândia (1979/80) e a União e Luta do P-Sul (1980/83).

Participou da construção do PT (1980) e da CUT (1983). Foi também secretária-geral da CNTE (1989/90), membro da Direção Nacional da CUT e da Executiva Nacional do PT.

No seu primeiro mandato, foi eleita com 11,506 votos. Foi reeleita com 9.539 votos.

Na CLDF foi líder da bancada do PT nos anos 91/92 e 95/96, Ocupou a Primeira Secretaria no biênio 93/94. É a atual presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (1997/98), sendo a primeira mulher a presidir uma Assembleia Legislativa no Brasil.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 250/92** - Dispõe sobre repasse direto e automático de verbas para custeio da manutenção de escolas;
- Lei nº 417/93** • Dispõe sobre punições contra práticas de discriminação contra mulheres;
- Lei nº 957/95** • Dispõe sobre a escolha em eleição direta de diretores das unidades de ensino público, urbanas e rurais do DF;
- Lei nº 1.097/96** - Dispõe sobre a realização gratuita do exame de DNA para instruir processos de reconhecimento de paternidade;
- Lei nº 1.540/97** - Dispõe sobre a classificação de alunos mediante promoção, nas férias ou etapas do nível escolar, e sobre educação básica, nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Distrito Federal.



# Luiz Estevão

## PMDB

1ª Legislatura  
1995 - 1998

**L**uiz Estevão de Oliveira Neto nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 6 de julho de 1949, Reside em Brasília desde 1966. É empresário, diretor-superintendente do Grupo OK. Foi diretor da Associação Comercial do Distrito Federal e membro do CAUMA - Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente. Nos anos 80 lutou pela autonomia política do Distrito Federal. Em 1990 foi eleito para o seu primeiro mandato, com a maior votação para deputado distrital até então: 46.209 votos, pelo PP.

Luiz Estevão foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1995) e da Comissão Especial de Trânsito. Foi líder do PMDB por dois anos. Atualmente é o vice-presidente da CLDF (1997/98). O deputado Luiz Estevão desenvolve um trabalho em prol dos servidores públicos, entres outras categorias.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 920/95** - Dispõe sobre o fornecimento de aparelhos de órtese e/ou prótese aos portadores de deficiência;
- Lei nº 1.197/96** • Torna gratuitos os exames mamográficos na rede hospitalar pública do Distrito Federal;
- Lei nº 1.262/96** - Cria o Parque Ecológico e Vivencial Canjerana, entre as QIs 23 e 25 do Lago Sul;
- Lei nº 1.407/97** - Obriga a instalação de placas de sinalização antes das barreiras eletrônicas;
- Lei Complementar nº 26/97** • Regulamenta o Fundo de Promoção do Esporte - FUNEF, garantindo incentivos para atletas do esporte amador e olímpico do DF.



# Manoelzinho PMDB

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**M**anoel Paulo de Andrade Neto nasceu em Jaçanã (RN), em 2 de setembro de 1953. Reside em Brasília desde 1973. É formado em Geografia e Direito. Foi motorista de táxi, classe que representa na CLDF.

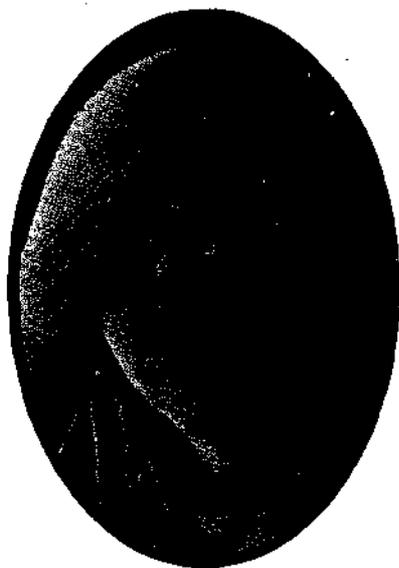
Manoelzinho, já por cinco vezes, é presidente do Sindicato dos Taxistas. Ocupa também a Direção da Confederação Nacional dos Condutores Autônomos e da Confederação Nacional do Transporte.

Em 1990, foi eleito com 5.623 votos pelo PTR. Também pertenceu ao PP. Foi reeleito com 9.689 votos, pelo PMDB. Suas principais bases eleitorais são Gama, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga.

Na CLDF foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1993), vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1995) e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1998). Foi o primeiro secretário no biênio 95/96.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 457/93** - Dispõe sobre a permissão para exploração de transporte individual de passageiros ou bens (táxis) no Distrito Federal;
- Lei nº 719/94** - Toma obrigatória a plantação de árvores nos lotes dos assentamentos das populações de baixa renda do DF;
- Lei nº 649/94** • Dispõe sobre o seguro contra furto ou roubo de automóveis nos estacionamentos dos *shoppings centers*, supermercados, lojas de departamentos e empresas que operam estacionamentos, com número de vagas superior a 30;
- Lei nº 1.162/96** - Proíbe o tabagismo em recintos fechados em locais que especifica;
- Lei nº 1.602/97** • Dispõe sobre a construção de abrigos para motoristas nos pontos de táxi.



# Maria José - Maninha PT

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**M**aria José da Conceição nasceu em **Januária (MG)**, em 13 de setembro de 1948. É médica. Foi presidente do Sindicato dos Médicos do DF, conselheira do Conselho Regional de Medicina (CRM-DF). Ajudou a fundar tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a Central Única dos Trabalhadores. Em ambos, ocupou cargos na Comissão Executiva Nacional. Maninha foi eleita com 11.161 votos, tendo como principais bases eleitorais o Plano Piloto e os Lagos Sul e Norte. Na CLDF foi relatora da CPI da Grilagem, membro titular da Comissão de Constituição e Justiça (1995), membro titular da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1998), líder da Bancada do PT e, em setembro de 1996, licenciou-se para assumir o cargo de Secretária de Saúde do DF. Em abril de 1998, retomou às suas atividades parlamentares da CLDF.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 867/95** - Cria o serviço de assistência multiprofissional em domicílio nas regiões de saúde do Distrito Federal;
- Lei nº 975/95** - Fixa diretrizes para a atenção à saúde mental no Distrito Federal;
- Lei nº 1.216/96** - Cria o Centro de Formação de Recursos Humanos para o atendimento traumatológico no Distrito Federal;
- Lei nº 970/95** - Cria o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal;
- Lei nº 2.009/98** - Cria o Cartão Facilitador da Saúde para atendimento aos idosos na rede do SUS, no âmbito do Distrito Federal.



# Maria de Lourdes Abadia PSDB

1ª Legislatura

1991 - 1994

**M**aria de Lourdes Abadia nasceu em Ma Vista (GO), em U de agosto de 1944.

Assistente social, foi deputada federal constituinte pelo PFL de Brasília. Foi diretora executiva da Fundação do Serviço Social no governo José Aparecido e a primeira administradora regional da Ceilândia, nos governos Elmo Serejo (1975/79), Aimê Lamaison (1979/82) e José Ornellas (1982/85).

Em 1990, foi eleita com 13.596 votos, pelo PFL, sendo as suas bases eleitorais o Plano Piloto e a Ceilândia. Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Sistematização, na elaboração da Lei Orgânica.

Nos primeiros seis meses do governo Cristovam ocupou a Secretaria de Turismo. De 1995 a 1997, presidiu o PSDB/DF.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 208/92** - Dispõe sobre as premissas para elaboração do Plano Diretor do DF;
- Lei nº 331/92** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta, na rede pública de saúde do DF, de serviços para atendimento integral à saúde da mulher e assistência para planejamento familiar;
- Lei nº 575/93** - Dispõe sobre a gestão democrática das unidades públicas de ensino do DF;
- Lei nº 644/94** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de serviços especialmente dirigidos aos alunos das academias de artes marciais do DF.



# Marcos Arruda PMDB

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**M**arcos Arruda da Cunha Rêgo nasceu em João Pessoa (PB), em 21 de abril de 1947. Reside em Brasília desde 1962.

É formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas com pós-graduação em Engenharia Econômica pela AEUDF. Técnico em Planejamento de Transportes do GEIPOT, foi presidente da Associação dos Servidores daquele órgão por dois mandatos consecutivos (1988/92).

Marcos Arruda, aos 20 anos de idade, foi professor de matemática no CEUB e no Elefante Branco. Antes de ser eleito deputado distrital, foi prefeito da SQS 309 e coordenador do Comitê pela Vida Contra a Miséria e a Fome.

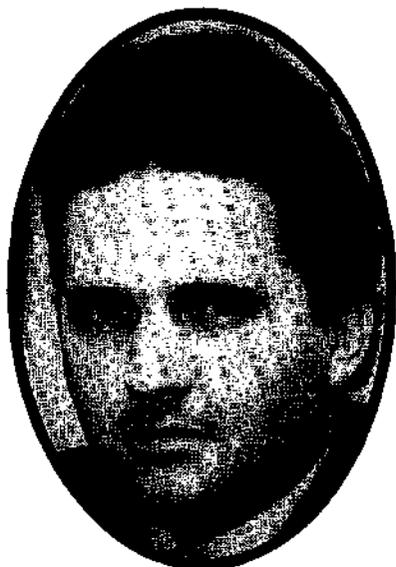
Em 1994, foi eleito com 4.620 votos pelo PSDB. Suas principais bases eleitorais foram o Plano Piloto, Ceilândia, Taguatinga e Guará.

Na CLDF foi líder de bancada, presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1996) e também presidiu a CPI que investigou a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Integrou a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. É vice-presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.213/96** - Autoriza o GDF a instituir parceria com o setor produtivo privado, visando implantar distritos industriais não-poluentes, no Distrito Federal;
- Lei nº 1.447/97** - Institui o programa de prevenção e combate à violência no Distrito Federal;
- Lei nº 1.879/98** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de centros de recuperação para meninos de rua nas Regiões Administrativas do Distrito Federal;
- Lei nº 1.938/98** - Obriga o GDF a demarcar área na cidade do Núcleo Bandeirante para construção de hospital público;
- Lei nº 2.051/98** - Autoriza o GDF a construir o anfiteatro coberto no Centro Interescolar de Línguas da Região Administrativa de Ceilândia.



# Marco Lima

## PSDB

2<sup>a</sup> Legislatura  
1995 - 1998

**M**arco António dos Santos Lima nasceu em Brasília, em 22 de dezembro de 1967, Deputado distrital mais jovem e único brasiliense, é evangélico, membro da Igreja Memorial Batista. Foi soldado da Polícia Militar. Marco Lima foi presidente da Unipraças (Cooperativa dos Praças da PMDF e CBMDF), de 1991 a 1994, e da Federação Nacional das Entidades de Praças do Brasil, de 1992 a 1994. Em 1990, foi eleito pelo PT com 5.338 votos, tendo entre os policiais, bombeiros militares e evangélicos os seus principais eleitores. Foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1995) e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1997). Foi líder do PT em 1996, membro da Comissão de Constituição e Justiça (1995 e 1996) e membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (1998). É líder do PSDB da Câmara.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 791/95** - Altera gabarito dos lotes comerciais e residenciais de Sobradinho;
- Lei nº 1.457/97** • Cria o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho;
- Lei nº 1.613/97** • Destina área em todas as Regiões Administrativas do DF para construção de monumentos à Bíblia Sagrada;
- Lei nº 1.878/98** • Dispõe sobre a construção de escada externa nas edificações comerciais das Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho;
- Lei Complementar nº 38/97** - Desafeta área no Cruzeiro Velho, para ampliar igreja Assembleia de Deus.



# Maurílio Silva PP

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**M**aurílio Silva nasceu em Ipanema (MG), em 3 de junho de 1946. Reside em Brasília desde a década de 60. É administrador de empresas, missionário, formado pelo Seminário Teológico em Jacksonville (EUA). Foi gerente da Pibigás do Brasil S/A (1966/67). Desde 1976, é pastor da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus. Em 1990, foi eleito com 4.198 votos pelo PTR, tendo como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga. Na Câmara Legislativa, foi líder do Governo e presidente da CPI das Causas Trabalhistas. Na elaboração da Lei Orgânica, presidiu a Comissão de Sistematização.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 158/91** - Cria instrumentos de apoio e incentivo à arte e à cultura no Distrito Federal;
- Lei nº 209/91** - Autoriza a instalação de templos religiosos em áreas residenciais;
- Lei nº 450/93** - Autoriza a instituição de programa de alimentação infantil;
- Lei nº 650/94** - Dispõe sobre o Sistema de Assistência ao Menor - AME;
- Lei nº 1.273/96** - Dispõe sobre projeto e construção de quatro agrovilas no projeto integrado de colonização Alexandre Gusmão.



# Miquéias Paz

## PT

2ª Legislatura  
1995 - 1998 (Suplente)

**M**iquéias José da Paz nasceu em União da Vitória (PR), em 11/11/63. Reside em Brasília desde 1966.

É professor formado pela Faculdade Brasileira de Teatro. Também é ator e mímico.

Foi o segundo suplente da Frente Brasília Popular, eleito com 4.465 votos pelo PC do B.

Na Câmara Legislativa, Miquéias Paz substituiu os deputados Rodrigo Rollemberg e Wasnyde Roure, ambos licenciados para compor o quadro de auxiliares do Governador Cristovam Buarque.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 888/95** - Institui no Distrito Federal o Prêmio Candango de Cultura;
- Lei nº 1.302/96** - Estabelece a Semana de Prevenção da AIDS na rede pública de 2º grau do Distrito Federal;
- Lei nº 1.516/97** - Institui a disciplina Formação para o Trânsito nos currículos de 1º e 2º graus da rede de ensino do Distrito Federal;
- Lei nº 1.723/97** - Dispõe sobre reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeção e transportes coletivos do Distrito Federal;
- Lei nº 1.821/98** - Autoriza o Poder Executivo a criar o Crematório Público do Distrito Federal.



# Odilon Aires PMDB

1ª Legislatura  
1991 - 1994 (Suplente)

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**O**dilon Aires Cavalcante nasceu em Ponte Alta do Bom Jesus (TO), em 30 de julho de 1951. Católico, pertence à Renovação Carismática da Igreja Santa Terezinha do Cruzeiro Novo. Reside em Brasília desde 1975.

Além de economista, é analista de finanças e controle do Ministério da Fazenda.

Foi presidente e um dos fundadores da Associação dos Moradores e Inquilinos do Cruzeiro. Também foi prefeito comunitário e administrador do Cruzeiro, no período de 1991 a 1993. Integrou o movimento que lutou pela autonomia política do Distrito Federal. Odilon Aires foi presidente do PMDB/DFe integra o Conselho Político e o Diretório Nacional do partido.

Em 1990, foi eleito 1º suplente da coligação Movimento Liberal Progressista. Substituiu o deputado José Ornellas por 9 meses.

Na 2ª legislatura, foi eleito com 12.675 votos.

Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, é atualmente o presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (1998).

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 646/94** - Cria a Avenida Comercial do Cruzeiro;
- Lei nº 906/95** - Regulariza os blocos de apartamentos e casas dos Setores Residenciais Internos I e II do Hospital das Forças Armadas;
- Lei nº 1.029/96** • Concede anistia da Carta de Habite-se às residências unifamiliares e coletivas já edificadas há mais de cinco anos;
- Lei nº 1.063/96** • Autoriza a colocação de grades nas casas do Cruzeiro Velho e cercamento de blocos do Cruzeiro Novo, Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Gama, Planaltina, Samambaia e Guará;
- Lei nº 1.593/97** • Cria a bolsa de estudos para o servidor público do Distrito Federal.



# Padre Jonas PP

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**T**omas Vettoracini nasceu em Anchieta J (ES), em 23 de janeiro de 1931. Reside em Brasília há mais de 25 anos. É formado em Filosofia e Letras Clássicas pela Faculdade de Nova Friburgo (RJ) e em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, Itália. É professor da Fundação Educacional do DF. Foi presidente da Associação de Ensino Supletivo (1971/91), coordenador do Ensino Supletivo (1972/75) e coordenador do Complexo de Taguatinga (1975/76). Foi administrador regional de Sobradinho nos Governos Aimé Lamaison e José Ornellas (1979/85). O deputado Padre Jonas foi eleito pelo PDT com 8.526 votos, tendo como principal base eleitoral a cidade de Sobradinho. Na CLDF foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1994) e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (1994). Foi líder do PDT na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na elaboração da Lei Orgânica foi o presidente da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 194/91** - Autoriza o Governo do Distrito Federal a criar e implantar um sistema alternativo de transportes urbanos;
- Lei nº 516/93** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros públicos nos supermercados e na rede bancária do Distrito Federal;
- Lei nº 587/93** - Autoriza a implantação do ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª séries, em residências, nas cidades-satélites e assentamentos residenciais do Distrito Federal;
- Lei nº 813/94** - Cria o programa habitacional para os servidores civis e militares da União, residentes no Distrito Federal;
- Lei nº 929/95** - Torna obrigatória a distribuição de preservativos e folhetos sobre doenças sexualmente transmissíveis em motéis do Distrito Federal.



# Pedro Celso

## PT

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**P**edro Celso nasceu em 7 de dezembro de 1958, em Tiros (MG). Reside em Brasília desde 1963. Foi líder sindical, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal (1985/90) e diretor da CUT/DF. Foi funcionário administrativo da TCB. Participou da criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Transporte - DNTT/CUT; assumiu a presidência do PT/DF em 1992 e integrou a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores por dois mandatos. Na 1ª legislatura, foi eleito com 19.139 votos. Foi reeleito com 14.282 votos. Suas principais bases eleitorais são Ceilândia, Taguatinga Gama, e a categoria profissional dos rodoviários. Na CLDF foi secretário da Mesa Diretora no biênio 91/92. Licenciou-se da Câmara Legislativa no período de janeiro a dezembro de 1997 para ocupar a Secretaria do Trabalho do Governo Cristovam Buarque. É o atual vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

### PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.043/96** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de programa de prevenção de acidentes do trabalho no Distrito Federal;
- Lei nº 1.258/96** • Autoriza a desafetação de domínio de bem de uso comum do povo, situado entre as Quadras QNO 11 e QNO 13, na Ceilândia – RA IX;
- Lei nº 1.901/98** • Proíbe o transporte de trabalhadores em caminhões tipo gaiolas;
- Projeto de Lei nº 3.675/98** • Institui o Programa de Geração de Renda Social do Distrito Federal - Pró-Renda;
- Lei nº 2.081/98** • Dispõe sobre o estágio profissionalizante para os participantes de cursos de capacitação e de requalificação profissional financiados com recursos públicos.



# Peniel Pacheco

## PSDB

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**P**eniel Pacheco nasceu em Uberaba (MG), em 10 de abril de 1958. \_ Reside em Brasília desde 1969. É professor de Teologia, líder evangélico e foi radialista.

Na 1ª legislatura foi eleito com 6.382 votos, pelo PST. Foi reeleito com 9.592 votos pelo PTB. Suas principais bases eleitorais são Plano Piloto, Guará, Sobradinho e, principalmente, os evangélicos.

Na CLDF foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça nos anos de 1991 e 1992, Foi um dos relatores da Lei Orgânica do Distrito Federal. Ocupou a 2ª Secretaria da Mesa Diretora no biênio 93/94 e a 3ª Secretaria no biênio 95/96. Foi, também, líder do PSDB na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 251/92** - Reserva área exclusiva para não-fumantes em restaurantes, lanchonetes e pizzarias;

**Lei nº 640/94** - Garante aos diabéticos carentes do DF o recebimento gratuito de insulina, antidiabéticos orais, reagentes para exame, seringas para aplicação de insulina, tiras reagentes, adoçante e material de informação sobre o controle da doença;

**Lei nº 1.162/96** - Proíbe o fumo em recintos fechados;

**Lei nº 1.364/97** - Proíbe a utilização de bisnagas de plástico para acondicionar maionese, mostarda, catchup e outros molhos, sugerindo o uso de sachês descartáveis;

**Lei nº 1.733/97** - Proíbe a venda de anabolizantes a menores de 18 anos, a não ser com receita médica.



# Renato Rainha PL

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**A**ntônio Renato Alves Rainha nasceu em 10 de março de 1964, em Presidente Prudente (SP), Reside em Brasília desde 1972 e tem em Taguatinga e Ceilândia suas principais bases eleitorais.

Bacharel em Direito, pós-graduado em Ciências Políticas e Direito Processual, foi professor de Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Renato Rainha é delegado de polícia, tendo desempenhado suas funções nas delegacias da Asa Sul, Guará, Taguatinga e Ceilândia. Foi presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal por duas vezes (1989/92 e 1992/95). Em 1994, foi eleito para o seu primeiro mandato com 5.898 votos. Foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em 1997. É líder do PL na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 907/95** • Estabelece a abertura dos postos de saúde durante 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados;
- Lei nº 960/95** • Proíbe a venda de armas de brinquedo semelhantes a armas verdadeiras;
- Lei nº 1.159/96** - Implanta o ensino de computação nas escolas públicas de 2º grau do DF;
- Lei nº 1.433/97** - Cria a semana de prevenção ao uso de drogas nas escolas da rede pública do Distrito Federal;
- Lei nº 1.678/97** • Institui o programa permanente de prevenção ao uso de drogas no âmbito do Distrito Federal.



# Rodrigo Rollemberg PSB

2ª Legislatura

1995 - 1998 (suplente)

**R**odrigo Sobral Rollemberg nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 13 de julho de 1959. É formado em História. Em 1994, foi eleito primeiro suplente da bancada da Frente Brasília Popular, com 4.557 votos. Em 1995, com a saída do deputado Pedro Celso para ocupar a Secretaria do Trabalho; Rollemberg assumiu o mandato durante 14 meses. Na CLDF, trabalhou na CPI da Grilagem como um de seus relatores. Seu trabalho foi voltado para a defesa do jovem, do meio-ambiente, da cultura, do turismo e da educação. Em 1996, licenciou-se para ocupar a Secretaria de Turismo.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 877/95** - Dispõe sobre a manutenção de linhas de ônibus no período noturno, o chamado "corujão";
- Lei nº 909/95** • Obriga a impressão, na Carteira Nacional de Habilitação expedida pelo DETRAN/DF, da opção expressa pelo cidadão brasileiro, da frase "Sou/não sou doador universal de órgãos";
- Lei nº 972/95** - Dispõe sobre os atos lesivos à limpeza pública no DF;
- Lei nº 1.418/97** - Torna obrigatória a fixação do número do telefone do PROCON/DF nos estabelecimentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços;
- Lei nº 1.663/97** • Cria a "Biblioteca Nova Vida" no contexto penitenciário da Papuda.



# Rose Mary Miranda PP

1ª Legislatura

1991 - 1994

**R**ose Mary Araújo de Miranda nasceu em Natal - RN, em 24 de maio de 1954. É radialista. Foi diretora do Sindicato dos Radialistas do DF (1985/86).

Em 1990, foi eleita pelo PTR com 3.081 votos, tendo como principal base eleitoral as cidades de Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto.

Na CLDF foi vice-presidente no biênio 93/94. Foi relatora da Comissão da Ordem Social e Meio Ambiente na elaboração da Lei Orgânica.

## PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 177/91** - Institui o sistema de creches e pré-escolas comunitárias no âmbito do Distrito Federal;
- Lei nº 260/92** • Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal;
- Lei nº 434/93** • Autoriza o Poder Executivo a criar abrigos para mulheres vítimas de violência;
- Lei nº 497/93** • Autoriza o Poder Executivo a ampliar as atribuições das delegacias especiais de atendimento à mulher;
- Lei nº 545/93** • Autoriza o Poder Executivo a criar Unidades Terapêuticas e Educacionais - UTE, para tratamento e recuperação de usuários e dependentes de substâncias entorpecentes que geram dependência física ou química.



# Salviano Guimarães

## PSDB

1ª Legislatura

1991 - 1994

**S**alviano Antônio Guimarães Borges nasceu em Goiânia (GO), em 23 de abril de 1943.

É arquiteto, diplomado pela UnB, professor universitário aposentado. Foi administrador regional de Planaltina (1979/85) na gestão dos governadores Aimé Lamaison e José Ôrnellas.

Em 1990, Salviano Guimarães foi eleito com 4.800 votos, tendo como principais bases eleitorais a cidade de Planaltina e o Plano Piloto.

Foi o primeiro presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, sendo o responsável pela condução da organização da Casa Legislativa, pela elaboração do Regimento Interno, pelo desencadeamento das discussões da Lei Orgânica e implantação da estrutura administrativa, inclusive a realização dos primeiros concursos públicos da Câmara Legislativa. Também presidiu a Comissão de Assuntos Sociais (1994).

Desde 1996 é o superintendente regional do IBAMA.

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 165/91** - Autoriza o Governo do Distrito Federal a contar, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado ao magistério da União, dos estados e dos municípios;
- Lei nº 214/91** - Institui o Programa de Apoio ao Adolescente Aprendiz;
- Lei nº 235/92** • Regulamenta o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal;
- Lei nº 330/92** - Reserva terreno para construção do prédio definitivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Lei nº 844/94** • Reserva terreno para edificação da Fundação Athos Bulcão.



# Tadeu Filippelli

## PMDB

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**N**elson Tadeu Filippelli nasceu em 11 de maio de 1949, em Catanduva (SP). Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília e Administração de Empresas pelo CEUB, reside em Brasília desde 1968.

Entre 1988 e 1994, foi diretor imobiliário e presidente da SHIS (Sociedade Habitacional de Interesse Social), o atual IDHAB. Foi administrador regional de São Sebastião.

Em 1994, foi eleito pelo PP com 9.228 votos, principalmente em suas bases eleitorais no Riacho Fundo, São Sebastião, Candangolândia, Recanto das Emas, Santa Maria, Sobradinho e Planaltina.

Sua atuação parlamentar é voltada, preferencialmente, à população de baixa renda e aos permissionários de transporte alternativo.

Na Câmara Legislativa, foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1996) e membro das CPIs da Grilagem (1995) e das Drogas (1996). Foi vice-líder do PMDB em 1995 e 1996, e líder em 1997 e 1998.

### PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.044/96** - Institui a obrigatoriedade de admissão de idosos pela porta da frente nos veículos componentes do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal;
- PL nº 1.892/96** • Cria o Programa de Integração dos Doentes Mentais do DF - PRODON;
- Lei nº 1.472/97** - Institui o Programa Banco de Materiais Básicos de Construção (PROBAC) para a população de baixa renda do Distrito Federal;
- Lei nº 1.844/97** - Exige a adoção de técnicas construtivas que contribuam para a economia de energia em prédios públicos;
- PL nº 3.001/97** - Cria tarifa social para cobrança do serviço de esgoto nas habitações de interesse social do DF.



# Tadeu Roriz

## PP

1ª Legislatura  
1991 - 1994

**T**adeu Roriz de Araújo nasceu em Goiânia (GO), em 10 de dezembro de 1952.

Bacharel em Administração de Empresas, é empresário, atuando na área da construção civil.

Foi presidente da Federação Metropolitana de Futebol e ainda preside o Conselho Fiscal da entidade. Tadeu Roriz foi vice-presidente do PSC (1989), partido pelo qual se elegeu com 3.624 votos. Teve como principais bases eleitorais as cidades de Ceilândia e Taguatinga.

Na CLDF foi vice-presidente no biênio 1991/92 e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1994).

### PRINCIPAIS LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 225/91** - Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a conceder benefícios fiscais na área do ISS, IPTU e IPVA a atividades esportivas;

**Lei nº 232/92** - Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir a Loteria Social;

**Lei nº 576/93** - Cria o Parque Ecológico e Vivencial Três Meninas, na Região Administrativa de Samambaia - RA XII;

**Lei nº 675/94** - Institui a Cruz, a Medalha e o Diploma do Mérito Olímpico de Brasília;

**Lei nº 853/95** • Autoriza o Poder Executivo a implantar a Casa do Artesão.



# Wasny de Roure PT

1ª Legislatura  
1991 - 1994

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**W**asny Nakle de Roure nasceu em Goiânia (GO), em 10 de maio de 1951. Reside em Brasília desde 1959. É evangélico.

Bacharel em Economia pela UnB, com pós-graduação na UFMG e em Oxford (Inglaterra).

Wasny de Roure é técnico da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, empresa surgida com a fusão da COBAL, CIBRAZEMe CFP, e, desta última, foi presidente da associação dos funcionários. Pertenceu à Diretoria do SINDISEP/DF e fez parte do DIEESE/DF.

Em 1990, foi eleito com 2.848 votos. Foi reeleito com 9.294 votos. Teve como principais bases eleitorais os servidores públicos e moradores do Plano Piloto e, também, os evangélicos.

Na 1ª Legislatura, foi relator da CPI da Terra (1991/92), vice-presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (1993), e líder do PT na Câmara.

Logo no início da 2ª Legislatura, Wasny de Roure assumiu a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, lá permanecendo durante o ano de 1995. Foi líder do Governo em 1997. É o presidente da Comissão de Constituição e Justiça durante o ano de 1998.

## PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

**Lei nº 347/92** - Cria a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF - FAPDF;

**Lei nº 454/93** - Institui política de aleitamento materno do DF;

**Lei nº 1.175/96** - Cria o Conselho Distrital de Defesa dos Direitos Humanos;

**PL nº 2.252/96** - Define políticas públicas para valorizar os portadores de altas habilidades, talento e superdotação;

**Lei nº 1.735/97** - Permite a livre organização dos estudantes de 1º e 2º graus nas escolas públicas e particulares.



# Zé Ramalho

## PDT

2ª Legislatura  
1995 - 1998

**J**osé Ramalho Brasileiro nasceu em 23 de outubro de 1953, em Igaraci (PB). Mudou-se para Brasília antes de completar 10 anos de idade, fixando residência em Brazlândia, seu principal reduto eleitoral.

Foi o primeiro carteiro de Brazlândia. Foi também funcionário do Hospital Regional local e, servidor de carreira, foi gerente da agência do Banco de Brasília naquela cidade.

Zé Ramalho foi eleito pelo PDT, para o seu primeiro mandato, com 5.944 votos. Sua atuação parlamentar é pautada pela defesa dos mais carentes, dos moradores de Brazlândia, dos jovens, dos maçons e dos bancários.

Na CLDF foi presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em 1995, e vice em 1996, vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 1997 e líder do PDT em 1997 e 1998.

### PRINCIPAIS LEIS E PROJETOS DE LEIS DE SUA AUTORIA

- Lei nº 1.064/96** - Permite a construção de uma escola, uma creche e uma igreja na Quadra 04 do Setor Veredas de Brazlândia;
- Lei nº 1.233/96** - Altera destinação de uso dos lotes na Área Especial 01 Norte para construção de faculdade em Brazlândia;
- Lei nº 1.343/96** - Isenta os herdeiros de um único imóvel ou de bens com valores iguais ou inferiores a 600 UPDF do pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD;
- PL nº 1.356/96** - Reduz de 18 para 16 anos a idade mínima para a participação em concursos públicos no DF;
- Lei Complementar nº 23/97** - Libera área verde não edificada, situada entre o Setor Veredas e a faixa de domínio da Rodovia DF-180, em Brazlândia, para utilização mista de lotes comerciais e residenciais.

# Mesas Diretoras

## 1ª Legislatura (1991 a 1994)

### Biênio 91/92

#### Presidente

Salviano Guimarães (PDT)

#### Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PTR)

#### 1º Secretário

Pedro Celso (PT)

#### 2º Secretário

José Ornellas (PL)

#### 3º Secretário

Benício Tavares (PTR)

#### Suplentes

José Edmar (Sem partido)

Fernando Naves (PTR)

### Biênio 93/94

#### Presidente

Benício Tavares (PP)

#### Vice-Presidente

Rose Mary Miranda (PP)

#### 1- Secretária

Lúcia Carvalho (PT)

#### 2º Secretário

Peniel Pacheco (PTB)

#### 3º Secretário

Cláudio Monteiro (PDT)

#### Suplentes

Gilson Araújo (PP)

Eurípedes Camargo (PT)

## **2ª Legislatura (1995 a 1998)**

### **Biênio 95/96**

**Presidente**  
Geraldo Magela (PT)

**Vice-Presidente**  
José Edmar (PMDB)

**1º Secretário**  
Manoel de Andrade (PMDB)

**2º Secretário**  
Edimar Pireneus (PMDB)

**3º Secretário**  
Peniel Pacheco (PSDB)

#### **Suplentes**

Cláudio Monteiro (PPS)  
Daniel Marques (PMDB)

### **Biênio 97/98**

**Presidente**  
Lúcia Carvalho (PT)

**Vice-Presidente**  
Luiz Estevão (PMDB)

**1º Secretário**  
José Edmar (PMDB)

**2º Secretário**  
Benício Tavares (PTB)

**3º Secretário**  
João de Deus (PDT)

#### **Suplentes**

Daniel Marques (PMDB)  
César Lacerda (PTB)

# Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes têm a função de instruir as matérias que lhes são submetidas para deliberação do Plenário, órgão soberano da Casa.

Toda proposição apresentada tem um caminho a seguir, de acordo com a sua natureza. Cada Comissão Permanente tem suas característi-

cas próprias, tratando de assuntos diversos, que circulam sob a forma de proposição.

Elas são de fundamental importância para o funcionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

## Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça foi instalada em 11 de janeiro de 1991. Após lidas e registradas em Plenário, as proposições iniciam o seu trajeto processual na Comissão de Constituição e Justiça e nela terminam, mediante redação final.

Conforme o Regimento Interno da CLDF, cabe a esta Comissão apreciar os assuntos e proposições submetidas ao seu exame e sobre eles emitir parecer, bem como exercer algumas das funções fiscalizadoras do Legislativo em face do Poder Executivo, particularmente no que tange aos atos da Administração Pública. Inclui-se o acompanhamento de planos e programas

governamentais, os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa das proposições que se inscrevem no mundo do processo legislativo. Entre suas várias funções, a Comissão de Constituição e Justiça deve realizar audiências públicas com entidades representativas da sociedade civil, bem como convocar secretários de estado e outras autoridades, mediante requerimento de seus membros, para esclarecer assuntos de interesse público previamente determinado.

A Comissão de Constituição e Justiça tem a função de guardiã do correto procedimento do processo legislativo.

### COMPOSIÇÃO

#### 1991

##### MEMBROS TITULARES

**Peniel Pacheco (Presidente)**  
**Cláudio Monteiro (Vice-Presidente)**  
**Carlos Alberto**  
**Fernando Naves**  
**Geraldo Magela**  
**Manoel de Andrade**  
**Padre Jonas**

##### SUPLENTES

**Agnelo Queiroz**  
**Aroldo Satake**  
**Edimar Pireneus**  
**José Edmar**  
**José Ornellas**  
**Lúcia Carvalho**  
**Rose Mary Miranda**

#### 1992

##### MEMBROS TITULARES

**Peniel Pacheco (Presidente)**  
**Cláudio Monteiro (Vice-Presidente)**  
**Carlos Alberto**  
**Fernando Naves**  
**Geraldo Magela**  
**Manoel de Andrade**  
**Padre Jonas**

##### SUPLENTES

**Agnelo Queiroz**  
**Aroldo Satake**  
**Edimar Pireneus**  
**José Edmar**  
**José Ornellas**  
**Lúcia Carvalho**  
**Rose Mary Miranda**

#### 1993

##### MEMBROS TITULARES

**Manoel de Andrade (Presidente)**  
**Cláudio Monteiro (Vice-Presidente)**  
**Agnelo Queiroz**  
**Fernando Naves**  
**Maurílio Silva**  
**Tadeu Roriz**

##### SUPLENTES

**Aroldo Satake**  
**Eurípedes Camargo**  
**Edimar Pireneus**  
**Jorge Cauhy**  
**José Edmar**  
**Maria de Lourdes Abadia**  
**Rose Mary Miranda**

## 1994 (24 Comissão)

MEMBROS TITULARES  
Tadeu Roriz (Presidente)  
Agnelo Queiroz (Vice-Presidente)  
Cícero Miranda  
Cláudio Monteiro  
Danton Nogueira  
Geraldo Magela  
Peniel Pacheco

SUPLENTES  
Aroldo Satake  
Eurípedes Camargo  
Edimar Pireneus  
Jorge Cauhy  
José Edmar  
Maria de Lourdes Abadia

## 1995

MEMBROS TITULARES  
Luiz Estevão (Presidente)  
João de Deus (Vice-Presidente)  
Benício Tavares  
Cláudio Monteiro  
Marco Lima  
Maria José - Maninha  
Renato Rainha

SUPLENTES  
Adão Xavier  
Antônio José - Cafu  
Edimar Pireneus  
Lúcia Carvalho  
Manoel de Andrade  
Odilon Aires  
Rodrigo Rollemberg

## 1996 (29 Comissão)

MEMBROS TITULARES  
João de Deus (Presidente)  
Renato Rainha (Vice-Presidente)  
Benício Tavares  
Cláudio Monteiro  
Eurípedes Camargo  
Luiz Estevão  
Marco Lima

SUPLENTES  
Antônio José - Cafu  
Edimar Pireneus  
Lúcia Carvalho  
Manoel de Andrade  
Odilon Aires  
Miquéias Paz  
*maria lourenço*

## 1997

MEMBROS TITULARES  
Renato Rainha (Presidente)  
Geraldo Magela (Vice-Presidente)  
Cláudio Monteiro  
Edimar Pireneus  
João de Deus  
Peniel Pacheco  
Tadeu Filippelli

SUPLENTES  
Daniel Marques  
José Edmar  
Jorge Cauhy  
Marco Lima  
Miquéias Paz  
Odilon Aires  
Wasny de Roure  
~~Antônio José - Cafu~~

## 1998

MEMBROS TITULARES  
Wasny de Roure (Presidente)  
José Edmar (Vice-Presidente)  
Cláudio Monteiro  
Geraldo Magela  
Manoel de Andrade  
Renato Rainha  
Tadeu Filippelli

SUPLENTES (29 Comissão)  
Antônio José - Cafu  
Daniel Marques  
João de Deus  
Marcos Arruda  
Maria José - Maninha  
Odilon Aires  
Adão Xavier

# Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi instalada em 11 de janeiro de 1991.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é de caráter técnico-legislativo, especializada na área de economia, orçamento e finanças. Tem por finalidade examinar e emitir pareceres sobre os projetos de lei, exercer o

acompanhamento de planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Distrito Federal, no âmbito de sua respectiva competência regimental. Seus pareceres têm caráter decisório sobre o aspecto financeiro ou orçamentário, o que significa que os projetos de lei rejeitados pela Comissão serão arquivados, cessando sua tramitação.

## Composição

1991

### MEMBROS TITULARES

**Aroldo Satake (Presidente)**  
**José Edmar (Vice-Presidente)**  
**Benício Tavares**  
**Gilson Araújo**  
**José Ornellas**  
**Maria de Lourdes Abadia**  
**Wasny de Roure**

### SUPLENTES

**Carlos Alberto**  
**Eurípedes Camargo**  
**Fernando Naves**  
**Jorge Cauhy**  
**Maurílio Silva**  
**Padre Jonas**  
**Peniel Pacheco**

1992

### MEMBROS TITULARES

**Aroldo Satake (Presidente)**  
**José Edmar (Vice-Presidente)**  
**Benício Tavares**  
**Gilson Araújo**  
**José Ornellas**  
**Maria de Lourdes Abadia**  
**Wasny de Roure**

### SUPLENTES

**Carlos Alberto**  
**Eurípedes Camargo**  
**Fernando Naves**  
**Jorge Cauhy**  
**Maurílio Silva**  
**Padre Jonas**  
**Peniel Pacheco**

1993

### MEMBROS TITULARES

**Gilson Araújo (Presidente)**  
**Wasny de Roure (Vice-Presidente)**  
**Aroldo Satake**  
**Carlos Alberto**  
**Edimar Pireneus**  
**Maria de Lourdes Abadia**  
**Odilon Aires**

### SUPLENTES

**Fernando Naves**  
**Geraldo Magela**  
**Manoel de Andrade**  
**Peniel Pacheco**  
**Salviano Guimarães**

1994

### MEMBROS TITULARES

**Aroldo Satake (Presidente)** ✓  
**Gilson Araújo (Vice-Presidente)** ✓  
**Carlos Alberto** ✓  
**Edimar Pireneus** ✓  
**José Ornellas** ✓  
**Maria de Lourdes Abadia** ✓  
**Wasny de Roure** ✓

### SUPLENTES

**Agnelo Queiroz** ✓  
**Danton Nogueira** (Fernando Naves) ✓  
**Geraldo Magela** ✓  
**Manoel de Andrade** ✓  
**Padre Jonas** ✓  
**Peniel Pacheco** ✓  
**Salviano Guimarães** ✓

## 1995 *(1ª Comissão)*

MEMBROS TITULARES  
Zé Ramalho (Presidente)  
Adão Xavier (Vice-Presidente)  
Daniel Marques  
Lúcia Carvalho  
Odilon Aires

~~Wasny de Roure~~

*Roberto Nollbaum*  
*Tadeu Filippelli*

SUPLENTES  
Benício Tavares  
João de Deus  
Jorge Cauhy  
Luiz Estevão  
Maria José - Maninha  
Marcos Arruda  
Miquéias Paz

## 1996 *(3ª Comissão)*

MEMBROS TITULARES  
Tadeu Filippelli (Presidente)  
Zé Ramalho (Vice-Presidente)  
Daniel Marques  
Lúcia Carvalho  
Odilon Aires  
Wasny de Roure  
Adão Xavier

SUPLENTES  
Benício Tavares  
Eurípedes Camargo  
João de Deus  
Jorge Cauhy  
Luiz Estevão  
Marco Lima  
Marcos Arruda

## 1997

MEMBROS TITULARES  
Marco Lima (Presidente)  
Daniel Marques (Vice-Presidente)  
Jorge Cauhy  
Marcos Arruda  
Miquéias Paz  
Odilon Aires  
Wasny de Roure

SUPLENTES  
Antônio José - Cafu  
Benício Tavares  
César Lacerda  
Cláudio Monteiro  
Eurípedes Camargo  
Manoel de Andrade  
Renato Rainha

## 1998

MEMBROS TITULARES  
Daniel Marques (Presidente)  
Pedro Celso (Vice-Presidente)  
João de Deus  
Jorge Cauhy  
Marcos Arruda  
Maria José - Maninha  
Odilon Aires

*(2ª Comissão)*  
SUPLENTES  
Benício Tavares  
Cláudio Monteiro  
Geraldo Magela  
Manoel de Andrade  
Edimar Pireneus  
Tadeu Filippelli  
Wasny de Roure

# Comissão de Assuntos Sociais - CAS

A Comissão de Assuntos Sociais foi instalada em 14 de janeiro de 1991.

Conforme o Regimento Interno da CLDF, cabe a essa Comissão apreciar matérias relativas à educação, desenvolvimento cultural, integração social, patrimônio histórico e artístico, defesa civil e do meio

ambiente, saúde pública, entre outras funções.

Além de apreciar matérias de sua competência, a Comissão de Assuntos Sociais promove seminários, encontros, visitas, possuindo uma atuação intensa sobre os temas sociais.

## Composição

1991

MEMBROS TITULARES  
Edimar Pireneus (Presidente)  
Agnelo Queiroz (Vice-Presidente)  
Eurípedes Camargo  
Jorge Cauhy  
Lúcia Carvalho  
Maurílio Silva  
Rose Mary Miranda

SUPLENTES  
Benício Tavares  
Cláudio Monteiro  
Geraldo Magela  
Gilson Araújo  
Manoel de Andrade  
Maria de Lourdes Abadia  
Wasny de Roure

1992

MEMBROS TITULARES  
Edimar Pireneus (Presidente)  
Agnelo Queiroz (Vice-Presidente)  
Eurípedes Camargo  
Jorge Cauhy  
Lúcia Carvalho  
Maurílio Silva  
Rose Mary Miranda

SUPLENTES  
Benício Tavares  
Cláudio Monteiro  
Geraldo Magela  
Gilson Araújo  
Marcos Arruda  
Maria de Lourdes Abadia  
Wasny de Roure

1993

MEMBROS TITULARES  
Jorge Cauhy (Presidente)  
Eurípedes Camargo (Vice-Presidente)  
José Edmar  
Padre Jonas  
Pedro Celso  
Peniel Pacheco  
Salviano Guimarães

SUPLENTES  
Carlos Alberto  
Cláudio Monteiro  
Gilson Araújo  
Lúcia Carvalho  
Tadeu Roriz  
Wasny de Roure

1994

MEMBROS TITULARES  
Salviano Guimarães (Presidente) ✓  
Padre Jonas (Vice-Presidente) ✓  
Eurípedes Camargo ✓  
José Edmar ✓  
Jorge Cauhy ✓  
Pedro Celso ✓  
Peniel Pacheco ✓

(2ª Comissão)  
SUPLENTES  
Carlos Alberto ✓  
Cláudio Monteiro ✓  
Gilson Araújo ✓  
José Ornellas ✓  
Lúcia Carvalho ✓  
Tadeu Roriz ✓  
Wasny de Roure ✓

**1995**

MEMBROS TITULARES  
Jorge Cauhy (Presidente) ✓  
Manoel de Andrade (Vice-Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
Edimar Pireneus ✓  
Marcos Arruda ✓  
Miquéias Paz ✓  
Peniel Pacheco ✓

SUPLENTES  
César Lacerda ✓  
Cláudio Monteiro ✓  
Daniel Marques ✓  
Marco Lima ✓  
Tadeu Filippelli ✓  
Zé Ramalho ✓

**1996** (12<sup>o</sup> Comissão)

MEMBROS TITULARES  
Marcos Arruda (Presidente) ✓  
Jorge Cauhy (Vice-Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
Edimar Pireneus ✓  
Manoel de Andrade ✓  
Miquéias Paz ✓  
Peniel Pacheco ✓

SUPLENTES  
César Lacerda  
Cláudio Monteiro  
Daniel Marques  
Tadeu Filippelli  
Zé Ramalho  
Wasny de Roure

**1997**

MEMBROS TITULARES /  
Adão Xavier (Presidente) ✓  
Zé Ramalho (Vice-Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
Benício Tavares ✓  
Eurípedes Camargo ✓  
José Edmar ✓  
Manoel de Andrade ✓

SUPLENTES  
César Lacerda ✓  
Edimar Pireneus ✓  
Geraldo Magela ✓  
João de Deus ✓  
Marcos Arruda ✓  
Tadeu Filippelli ✓  
Wasny de Roure ✓

**1998**

MEMBROS TITULARES x  
César Lacerda (Presidente) ✓  
Edimar Pireneus (Vice-Presidente) ✓  
Adão Xavier ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
Benício Tavares ✓  
Peniel Pacheco ✓  
Zé Ramalho ✓

SUPLENTES  
Daniel Marques ✓  
Geraldo Magela ✓  
João de Deus ✓  
Jorge Cauhy ✓  
José Edmar ✓  
Maria José - Maninha ✓  
Renato Rainha ✓

## Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - CDDHC

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania foi instalada em 8 de abril de 1992.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania tem por competência investigar denúncias de violação dos direitos humanos e/ou cidadania; buscar parceria com entidades públicas ou privadas

que tenham por objetivo a defesa dos direitos humanos e da cidadania, bem como com os órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência; promover simpósios, congressos ou seminários para a sociedade na busca de soluções contra a violência.

## Composição

### 1992

MEMBROS TITULARES  
Geraldo Magela (Presidente)  
Benício Tavares (Vice-Presidente)  
Agnelo Queiroz  
Carlos Alberto  
Cláudio Monteiro  
Edimar Pireneus  
Gilson Araújo  
José Edmar  
Pedro Celso  
Rose Mary Miranda  
Wasny de Roure

SUPLENTES  
Aroldo Satake  
Eurípedes Camargo  
Fernando Naves  
José Ornellas  
Jorge Cauhy  
Lúcia Carvalho  
Manoel de Andrade  
Maurílio Silva  
Padre Jonas  
Peniel Pacheco

### 1993

MEMBROS TITULARES  
Agnelo Queiroz (Presidente)  
Gilson Araújo (Vice-Presidente)  
Geraldo Magela  
Lúcia Carvalho  
Maurílio Silva  
Padre Jonas  
Salviano Guimarães

SUPLENTES  
Edimar Pireneus  
Fernando Naves  
José Edmar  
Maria de Lourdes Abadia  
Pedro Celso  
Wasny de Roure

### 1994

MEMBROS TITULARES  
Jorge Cauhy (Presidente) ✓  
Padre Jonas (Vice-Presidente) ✓  
Geraldo Magela ✓  
Gilson Araújo ✓  
Lúcia Carvalho ✓  
Salviano Guimarães ✓  
Tadeu Roriz ✓

(2ª Comissão)  
SUPLENTES  
Cícero Miranda.  
Danton Nogueira (F. Nova)  
Edimar Pireneus ✓  
Maria de Lourdes Abadia ✓  
Pedro Celso ✓  
Peniel Pacheco ✓  
Wasny de Roure ✓

### 1995

MEMBROS TITULARES  
Marco Lima (Presidente) ✓  
César Lacerda (Vice-Presidente) ✓  
Lúcia Carvalho ✓  
Luiz Estevão ✓  
Miquéias Paz ✓  
Tadeu Filippelli ✓  
Zé Ramalho ✓

SUPLENTES  
Antônio José - Cafu ✓  
Edimar Pireneus ✓  
João de Deus ✓  
Jorge Cauhy ✓  
Maria José - Maninha ✓  
Renato Rainha ✓  
Rodrigo Rollemberg ✓

### 1996

MEMBROS TITULARES  
César Lacerda (Presidente) ✓  
Luiz Estevão (Vice-Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
Lúcia Carvalho ✓  
Marco Lima ✓  
Tadeu Filippelli ✓  
Zé Ramalho ✓

(3ª Comissão)  
SUPLENTES  
Edimar Pireneus ✓  
Eurípedes Camargo ✓  
Jorge Cauhy ✓  
João de Deus ✓  
Miquéias Paz ✓  
Renato Rainha ✓

1997

**MEMBROS TITULARES**  
Antônio José - Cafu (Presidente) ✓  
César Lacerda (Vice-Presidente) ✓  
Adão Xavier ✓  
Daniel Marques ✓  
Manoel de Andrade ✓  
Miquéias Paz ✓  
Odilon Aires ✓

**SUPLENTES**  
Benício Tavares ✓  
Cláudio Monteiro ✓  
Edimar Pireneus ✓  
José Edmar ✓  
Jorge Cauhy ✓  
Pedro Celso ✓  
Wasny de Roure ✓

*Benício Tavares*  
*Cláudio Monteiro*  
*Edimar Pireneus*  
*Jorge Cauhy*  
*Pedro Celso*  
*Wasny de Roure*

1998

**MEMBROS TITULARES**  
Adão Xavier (Presidente) ✓  
Manoel de Andrade (Vice-Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu ✓  
José Edmar ✓  
Marco Lima ✓  
Odilon Aires ✓  
Zé Ramalho ✓

**SUPLENTES**  
Benício Tavares ✓  
César Lacerda ✓  
Cláudio Monteiro ✓  
Daniel Marques ✓  
Peniel Pacheco ✓  
Tadeu Filippelli ✓  
Wasny de Roure ✓

## Comissão de Ética e Decoro Parlamentar - CEDP

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar foi instalada em 20 de fevereiro de 1997. Esta Comissão foi criada com a intenção de regular a conduta ética e o decoro parlamentar dos deputados distritais, garantindo aos mesmos um mandato regido pela ordem, atendendo às pres-

crições constitucionais, legais e regimentais.

A Resolução nº 110/96 criou o Código de Ética, que é um instrumento legal da Casa para o controle da conduta ética e do decoro parlamentar dos deputados distritais.

### Composição

1997

**MEMBROS TITULARES**  
Jorge Cauhy (Presidente) ✓  
Antônio José - Cafu (Vice-Presidente) ✓  
Marcos Arruda ✓  
Odilon Aires ✓  
Peniel Pacheco ✓

**SUPLENTES**  
Geraldo Magela ✓  
Manoel de Andrade ✓

1998

**MEMBROS TITULARES**  
Odilon Aires (Presidente) ✓  
Marcos Arruda (Vice-Presidente) ✓  
Edimar Pireneus ✓  
Marco Lima ✓  
Wasny de Roure ✓

**SUPLENTES**  
Antônio José - Cafu ✓  
Manoel de Andrade ✓

# Comissões Temporárias

As Comissões Temporárias podem ser especiais, parlamentares de inquérito e de representação. Elas são criadas de acordo com a necessidade de apurar irregularidades ocorridas em nossa sociedade e de

representar a Câmara Legislativa em atos externos.

A Câmara Legislativa, usando desse instrumento legal, empenhou-se em vários assuntos polêmicos, procurando sempre elucidar a verdade dos fatos.

## CPI da Terra

Criada com base no Requerimento nº 12/91, destinava-se a levantar as possíveis irregularidades ocorridas nas áreas rurais sob a administração da Fundação Zoobotânica do DF. Foi elaborado relatório final.

**Instalação:** 21 de fevereiro de 1991

**Encerramento:** 6 de dezembro de 1991

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado José Edmar Cordeiro

**Vice-Presidente:** Deputado Gilson Araújo

**Relator:** Deputado Wasny de Roure

**Membros Titulares:** Deputados Edimar Pireneus, Aroldo Satake, Cláudio Monteiro, Carlos Alberto e Agnelo Queiroz

**Membros Suplentes:** Deputados Maria de Lourdes Abadia, Maurílio Silva, Fernando Naves, Geraldo Magela e Eurípedes Camargo

## CPI das Causas Trabalhistas

Criada com base no Requerimento nº 139/91, destinou-se a apurar as denúncias de irregularidades nas causas trabalhistas das empresas do Governo do Distrito Federal.

**Foi elaborado relatório final**

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Maurílio Silva

**Vice-Presidente:** Deputada Maria de Lourdes Abadia

**Relator:** Deputado Fernando Naves

**Membros Titulares:** Deputados Lúcia Carvalho, Jorge Cauhy e Benício Tavares

## CPI das Mensalidades Escolares

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 056/93, destinou-se a apurar denúncias de torturas, discriminação racial e maus-tratos cometidos no âmbito da corporação da Polícia Militar do Distrito Federal.

**Foi elaborado o relatório final**

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Agnelo Queiroz

**Vice-Presidente:** Deputado Maurílio Silva

**Relator:** Deputado Wasny de Roure

**Membros Titulares:** Deputados Carlos Alberto, Cláudio Monteiro, José Edmar Cordeiro e Tadeu Roriz

## CPI das Denúncias na Corporação Militar do Distrito Federal

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 65/93, destinou-se a apurar denúncias de torturas, discriminação racial e maus-tratos cometidos no âmbito da corporação da Polícia Militar do Distrito Federal. Possui relatório final.

**Instalação:** 6 de outubro de 1993

**Encerramento:** 14 de dezembro de 1994

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Cláudio Monteiro

**Vice-Presidente:** Deputado Manoel de Andrade

**Relator:** Deputado Tadeu Roriz

**Membros Titulares:** Deputados Gilson Araújo, Odilon Aires, Pedro Celso e Salviano Guimarães

## CPI da Grilagem

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 626/95, destinava-se a apurar os fatos relacionados com a grilagem de terras públicas no Distrito Federal. Foi elaborado o relatório final.

**Instalação:** 8 de fevereiro de 1995

**Encerramento:** 26 de junho de 1995

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado João de Deus

**Vice-Presidente:** Deputado Adão Xavier

**Relator:** Deputada Maria José - Maninha

**Membros Titulares:** Deputados Antônio José - Cafu, César Lacerda, Edimar Pireneus, Renato Rainha, Rodrigo Rollemberg, Tadeu Filippelli

**Membros Suplentes:** Deputados Benício Tavares, Jorge Cauhy, Lúcia Carvalho, Miquéias Paz e Odilon Aires

## CPI dos Bingos e Similares

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 1696/95, destinou-se a apurar os fatos relacionados com o funcionamento dos bingos e similares. Foi elaborado relatório final.

**Instalação:** 5 de outubro de 1995

**Encerramento:** 27 de fevereiro de 1996

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado César Lacerda

**Vice-Presidente:** Deputado Benício Tavares

**Relator:** Deputado Marco Lima

**Membros Titulares:** Deputados Adão Xavier, Miquéias Paz, Odilon Aires, Zé Ramalho

**Membros Suplentes:** Deputados João de Deus, Lúcia Carvalho, Rodrigo Rollemberg

## CPI das Drogas

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 231/96, destinou-se a apurar as denúncias feitas pelo Governador do Distrito Federal do envolvimento de parlamentares, *ex-parlamentares* e autoridades do Distrito Federal com o tráfico de drogas. Foi elaborado o relatório final e publicado no DCL de 24 de setembro de 1996.

**Instalação:** 21 de março de 1996

**Encerramento:** 2 de setembro de 1996

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Cláudio Monteiro

**Vice-Presidente:** Deputado João de Deus

**Membros Titulares:** Deputados Luiz Estevão, Marco Lima, Marcos Arruda, Miquéias Paz, Odilon Aires e Tadeu Filippelli

**Membros Suplentes:** Deputados Benício Tavares, Edimar Pireneus, Jorge Cauhy, Marco Lima, Renato Rainha, Wasny de Roure e Zé Ramalho

## CPI da Prostituição Infantil

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 232/96, destinou-se a apurar as causas relacionadas com o abuso, a violência e a exploração sexual infanto-juvenil do Distrito Federal. Foi elaborado relatório final e publicado no DCL de 5 de setembro de 1996.

**Instalação:** 21 de março de 1996

**Encerramento:** 5 de setembro de 1996

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Marcos Arruda

**Vice-Presidente:** Deputado Edimar Pireneus

**Relator:** Deputado Antônio José - Cafu

**Membros Titulares:** Deputados Benício Tavares, João de Deus, Marco Lima e Tadeu Filippelli

**Membros Suplentes:** Deputados Daniel Marques, Maria José - Maninha, Miquéias Paz e Zé Ramalho

## CPI da Evasão Fiscal

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 233/96, destinou-se a apurar as causas relacionadas com a evasão fiscal no âmbito do Distrito Federal. A Comissão foi extinta, pois expirou o seu prazo de duração.

**Não foi elaborado relatório final**

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Benício Tavares

**Vice-Presidente:** Deputado Zé Ramalho

**Relator:** Deputado Wasny de Roure

**Membros Titulares:** Deputados Daniel Marques, Edimar Pireneus, Marco Lima e Marcos Arruda

**Membros Suplentes:** Deputados Adão Xavier, Antônio José - Cafu, João de Deus, Lúcia Carvalho, Luiz Estevão, Odilon Aires e Tadeu Filippelli

## CPI da PM2

Criada por intermédio do Ato do Presidente nº 415/96, destinou-se a apurar fatos relacionados com as atividades dos setores de informação e contra-informação na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, particularmente o envolvimento do Comando Geral da Polícia Militar e demais autoridades no presumível desvio de finalidade da Subseção de Operações - PM2, bem como os vínculos com outros órgãos ou serviços de informação, a partir da promulgação da Constituição de 1988. A Comissão foi extinta por ter expirado o seu prazo de duração.

**Não foi elaborado relatório final**

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Peniel Pacheco

**Vice-Presidente:** Deputado Zé Ramalho

**Relator:** Deputado Peniel Pacheco

**Membros Titulares:** Deputados César Lacerda, Lúcia Carvalho, Luiz Estevão, Marcos Arruda, Odilon Aires, Tadeu Filippelli e Wasny de Roure

**Membros Suplentes:** Deputados Adão Xavier, Antônio José - Cafu, Benício Tavares, Daniel Marques, Eurípedes Camargo, João de Deus, Manoel de Andrade, Marco Lima e Miquéias Paz

# Comissão Especial dos Concursos Públicos

Criada pelo Ato da Mesa Diretora nº 050/92, destinou-se a apurar as irregularidades no concurso público da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi elaborado relatório final.

**Instalação:** 13 de novembro de 1992  
**Encerramento:** 7 de dezembro de 1992

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Maurílio Silva  
**Vice-Presidente:** Deputado Jorge Cauhy  
**Relator:** Deputada Lúcia Carvalho  
**Membros Titulares:** Deputados Cláudio Monteiro e  
AROLDIO SARAIVA

# Comissão Especial para Estudo de Incentivos à Projetos Industriais

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 048/95, destinou-se ao estudo e pesquisa de legislação estadual e municipal que concede incentivos fiscais e financeiros para projetos industriais.

**A comissão foi extinta por ter expirado o seu prazo de duração**

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Cláudio Monteiro  
**Relator:** Deputado Peniel Pacheco  
**Membros Titulares:** Deputados Manoel de Andrade, Marco Lima, Tadeu Filippelli e Zé Ramalho

# Comissão Especial do Metro

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 123/95, destinou-se a estabelecer contato com o Governo Federal, com o objetivo de viabilizar o repasse de verbas para a conclusão das obras do metro do Distrito Federal.

**A Comissão encerrou os seus trabalhos por ter conseguido realizar o objetivo proposto**

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado António José - Cafu  
**Membros:** Deputados Benício Tavares, Cláudio Monteiro, Manoel de Andrade e Zé Ramalho

# Comissão Especial da Violência no Trânsito

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 118/95, destinou-se a identificar e discutir as causas relacionadas com a violência no trânsito do Distrito Federal.

A Comissão foi encerrada em 10/10/96, quando foi realizado o II Ciclo de Debates sobre Violência no Trânsito no DF.

**Instalação:** 29 de novembro de 1995  
**Encerramento:** 10 de outubro de 1996

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Luiz Estevão  
**Relator:** Deputado João de Deus  
**Membros:** Deputados José Edmar, Manoel de Andrade e Marco Lima

# Comissão Especial para Investigação de Acidente de Policiais Militares

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 10/97, destinava-se a acompanhar as investigações sobre as causas do acidente que vitimou três policiais militares no dia 21 de fevereiro de 1997.

Apesar de ter sido publicado no DCL de 26 de fevereiro de 1997, a Comissão foi extinta por não ter sido instalada nos dez dias seguintes ao ato de sua constituição.

# Comissão Especial do Regimento Interno

Criada por intermédio do Ato da Mesa Diretora nº 01 8/97, destinou-se a analisar as propostas de alteração do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, elaboradas com base no Ato do

Presidente nº nº 663, de 14 de fevereiro de 1995.

A Comissão foi considerada extinta por não ter sido instalada nos dez dias seguintes ao ato de sua constituição.

# Fontes de pesquisa

## 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

BRASÍLIA na constituinte. *Jornal de Brasília*, 15 nov. 1986.

CÂMARA legislativa do Distrito Federal : o que é, para que serve e como funciona a nossa casa de leis : 2ª legislatura, 1995/1998. 2. ed. Brasília : CLDF, 1997 p. : il.

CORREIO braziliense. Caderno eleições 86.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo : Abril Cultural : Brasiliense, 1984.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo : Cortez, 1990. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Coordenadoria de Segurança. Memó 242/98 - SEG, de 06 de agosto de 1998. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Setor de Protocolo Legislativo. Atividades internas do SPL, 1º semestre de 1998. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Disque projeto : a Câmara Legislativa em linha direta com o cidadão. Brasília, 1997. 1 v. mimeo.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Quadro demonstrativo de proposições apresentadas na CLDF, no período de 1991 a julho de 1998. Brasília, 1998.

EXTRAPAUTA : informativo da Câmara Legislativa do DF. Ano 1, n. 7, p. 3 a 4, jun./jul. 1998.

FOLHA DE BRASÍLIA. 27 jul. a 2 ago. 1980

POLÍTICA local. *Jornal de Brasília*, 16 nov. 1986.

QUEM é quem na Câmara Distrital. Brasília : DIAP, 1991. 115 p. : il.

QUEREMOS autonomia e carteira de identidade. *Jornal de Brasília*, 2 set. 1982.

## 2. OUTRAS FONTES

Aerogramas - Projeto "Fala, Cidadania";

As informações sobre o perfil dos deputados foram obtidas a partir de dados coletados nos gabinetes, pela Internet (Intranet da CLDF), e pelos informativos da Comunicação Social;

• As informações sobre as comissões foram obtidas nas próprias comissões e nos Diários da Câmara Legislativa;

Sugestões populares à elaboração da Lei Orgânica;

Entrevistas realizadas com os senhores Salviano Guimarães, Newton Rossi e Fernando Tolentino;

Notas taquigráficas das sessões plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal, entre 1991 e 1993.

# Índice Onomástico

Abadia, Maria de Lourdes,	17,24,26,57,76,77,78,80,82,84
Accioly Filho, Francisco, senador,	15
Aires, Odilon ver Cavalcante, Odilon Aires	
Andrada e Silva, José Bonifácio de,	13
Andrade Neto, Manoel Paulo de,	55,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86
Araújo, Gilson ver Barbosa, Gilson da Guia Araújo	
Araújo, Tadeu Roriz de,	71,74,76,77,80,82,84
Barbosa, Gilson da Guia Araújo,	24,47,74,78,80,82,84
Bernardes, Sérgio Augusto Carvalho,	17
Bertran, Paulo,	29
Borges, Salviano Antônio Guimarães,	14,18,19,20,21,69,74,78,80,82,84
Brasileiro, José Ramalho,	73,79,81,82,83,85,86
Cafeteira, Epitácio,	16
Cafu, ver Ferreira, Antônio José	
Camargo, Eurípedes Pedro,	44,74,76,77,78,79,80,81,82,84
Campeio, Valmir,	17
Campos, Geraldo,	17
Cardoso, Edimar Pireneus,	24,43,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85
Carlos Alberto ver Torres, Carlos Alberto Müller Lima	
Cameiro, Francisco ver Nobre de Lacerda Filho, Francisco Cameiro	
Carvalho, Augusto ver Bernardes, Sérgio Augusto Carvalho	
Carvalho, Ivan,	29
Carvalho, João de Deus Silva,	48,75,77,79,81,82,84,85,86
Carvalho, Lúcia Helena de,	19,53,74,75,76,77,79,80,82,84,85,86
Cavalcante, Odilon Aires,	62,77,79,83,84,85
Cauhy Júnior, Jorge,	24,49,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86
Celso, Pedro,	20,64,74,79,80,82,83,84
Coelho, Paulo, marechal,	14
Conceição, Maria José da,	56,77,79,81,82,84,85
Cordeiro, José Edmar de Castro,	24,50,74,75,76,77,78,80,81,82,83,84,86
Correia, Maurício,	17
Costa, José Eudes Oliveira,	51
Costa, Lúcio,	13,14
Cruis, Luis,	13
Cury, Lindberg Aziz,	16
Deus, Cláudio Antônio de,	29
Deus, João de ver Carvalho, João de Deus Silva	
Dutra, Eurico Gaspar,	13
Ferreira, Antônio José,	34,77,79,81,82,83,84,85,86
Filippelli, Nelson Tadeu,	70,77,79,81,82,83,84,85,86
Frejat, Jofran,	17
Guimarães, Salviano ver Borges, Salviano Antônio Guimarães	
Guimarães, Ulysses,	16
João de Deus ver Carvalho, João de Deus Silva	
José Edmar ver Cordeiro, José Edmar de Castro	
Kubitschek, Juscelino,	13
Kubitschek, Márcia,	17,19
Lacerda, César,	38,75,79,81,82,83,84,85
Lauro, Paulo, senador,	15
Lima, Marco Antônio dos Santos,	59,77,79,81,82,83,85,86
Lisboa, Marcos,	29
Magela, Geraldo ver Pereira, Geraldo Magela	
Maninha ver Conceição, Maria José da	
Marques, Daniel ver Souza, Daniel Marques	
Marquês de Pombal,	13
Meira Filho, Augusto,	17
Mello, Benício Tavares da Cunha,	24,36,74,75,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86
Miranda, Rose Mary Araújo de,	24,68,74,76,80,82

Miranda Filho, Cícero,	39,79,82
Monteiro, Cláudio Maya,	29
Monteiro, Francisco Cláudio,	21,24,40,74,75,76,77,79,80,81,82,83,84,85,86
Naves, Fernando Gomes,	21,24,45,74,76,78,82,84
Neves, Tancredo,	16
Niemeyer, Oscar,	13
Nobre de Lacerda Filho, Francisco Carneiro,	17
Nóbrega, Francisco,	29
Nogueira, Danton Eizler,	42,77,78,82
Oliveira, Veloso de, chanceler,	13
Oliveira Neto, Luiz Estevão de	54,75,77,79,82,85,86
Omellas, José ver Souza Filho, José Omellas de	
Pacheco, Peniel,	24,26,65,74,75,76,77,78,80,81,82,83,85,86
Padre Jonas ver Vettoraci, Jonas	
Pantoja, Nelson,	29
Paz, Miquéias José da,	61,77,79,81,82,83,84,85
Pereira, Geraldo Magela,	24,46,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84
Pessoa, Epitácio,	13,14
Pessoa, marechal,	14
Pinheiro, Israel,	13,15
Pireneus, Edimar ver Cardoso, Edimar Pireneus	
Queiroz Filho, Agnelo Santos,	26,33,76,77,78,80,82,84
Rainha, Antônio Renato Alves,	66,77,79,81,82,84,85
Ramalho, Zé ver Brasileiro, José Ramalho	
Rêgo, Marcos Arruda da Cunha,	58,77,79,81,83,85
Rolleberg, Rodrigo Sobral,	67,77,82,84,85
Roriz, Joaquim Domingos,	19
Roriz, Tadeu ver Araújo, Tadeu Roriz de	
Rossi, Newton,	17,18
Roure, Wasny Nakle de,	21,72,77,78,75,80,81,82,83,84,85
Samey, José,	16
Satake, Aroldo,	24,35,76,77,78,82,84,86
Seixas, Sigmaringa,	17
Silva, Maurílio,	21,24,60,76,78,80,82,84,86
Silva, Wanderley Vallin da,	19
Sousa, Pompeu de,	17
Souza, Daniel Marques de,	41,75,77,79,81,83,85
Souza Filho, José Omellas de,	20,24,26,52,74,76,78,80
Stein, Nelci,	30
Tolentino, Fernando,	17
Torres, Carlos Alberto Müller Lima,	20,21,24,26,37,76,78,82,84
Vallin, Wanderley ver Silva, Wanderley Vallin da	
Varnhagen, Francisco Adolfo,	13
Vettoraci, Jonas,	24,63,76,78,80,82
Xavier, Adão Pereira,	32,77,79,81,83,84,85
Zé Ramalho ver Brasileiro, José Ramalho	

